

Álbum
de
Portugueses e Brasileiros
Eminentes

---:000:---

DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA

Pastor da Igreja Evangélica Brasileira

FASCÍCULOS XVII E XVIII



Dom Miguel Vieira Ferreira.

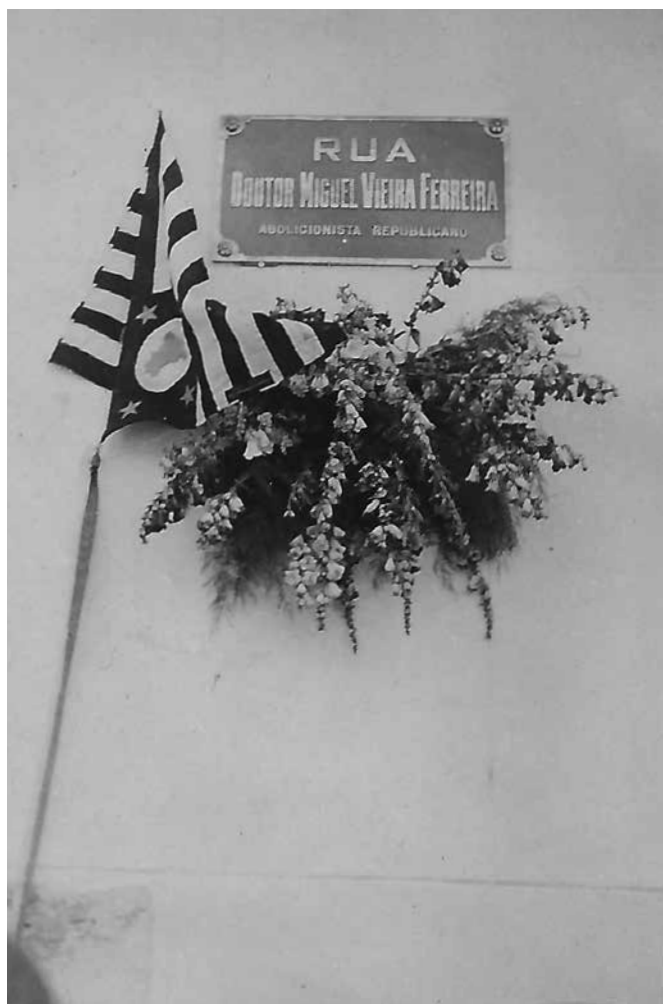
IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA

Fundada em 11 de Setembro de 1879

Pelo

DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA

Biografia do DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA, Pastor da Igreja Evangélica Brasileira, editada em Lisboa nos anos de 1891 e 1892, pela empresa do Álbum de Portugueses e Brasileiros Eminentemente em seus fascículos XVII e XVIII respectivamente, impressos originalmente na Tipografia Portuense (Portugal).



EXCERTOS DO

Discurso pronunciado pelo Professor Horácio Berlinck Cardoso, vereador, à Câmara Municipal de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 1955, por ocasião da inauguração da placa denominando Doutor Miguel Vieira Ferreira uma das ruas dessa cidade.

(Extraídos d' *O GLOBO* ~ Rio ~ 11-12-1956).

São comuns na cidade ciclópica paulistana atos como o que presenciamos. Dar nomes às vias públicas é um fato normal que se justifica para identificá-las entre si.

Porém, o caso presente é uma exceção, pois trata-se de uma dívida de honra a uma personalidade ilustre como o Doutor Miguel Vieira Ferreira, que figura na nossa história ao lado de outros que pontilharam-na de glória e honrarias.

Assim, a denominação desta rua não constitui um simples e comum ato administrativo, sendo antes uma justa homenagem a um homem que muito contribuiu para a formação moral e social do Brasil.

.....

Assim, pois, é que hoje aqui estamos reunidos para prestar nossa homenagem ao Doutor Miguel Vieira Ferreira – grande brasileiro, de quem se comemora nesta data o 118.º ano de nascimento. Foi um homem insigne pelo trabalho desenvolvido a favor de sua Pátria. Passando do terreno material

para o espiritual, criou sua Igreja, onde sua fé ali se embotou para atrair aqueles que possuíssem como ele os nobres sentimentos de amor ao próximo. Hoje ele é o paradigma, é o símbolo cuja personalidade cada vez mais solidificada pela admiração que todos lhe tributam, pelas excelsas e nobres qualidades, sempre vividas e recordadas, para que, presentes no espírito da nova gente, saiba ela procurar nesse exemplo, aquilo que necessita para sua felicidade.

Abolicionista e republicano – calçou na nossa história os princípios democráticos, adjudicando seu nome junto aos demais patriotas de sua época que procuravam colocar o Brasil entre os países livres.

Não podia, portanto, São Paulo – cidade do trabalho – olvidar essa proeminente figura da nossa Terra, elemento de real valor, que hoje vive nos corações de seus fiéis e no pensamento de seus admiradores, como exemplo de trabalho, de fé, dignidade e de honestidade.

Perpetuando seu nome em São Paulo, estamos corrigindo uma injustiça. Ligando seu nome a esta rua, num dos bairros mais populosos da cidade, estamos prestando a seu povo também uma homenagem justa, presenteando-o com um nome digno. Orgulho-me de ter sido o Vereador que apresentou à consideração do Legislativo o projeto de Lei, mais tarde sancionado pelo Sr. Prefeito, sob n.º 4.817, que não atendia a um desejo de vários munícipes, mas que se transformava numa página de gratidão a quem muito merece.

Não podia ser mais feliz a escolha da data de hoje para batismo legal desta rua, que desta hora em diante passa a chamar-se Rua DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA. Data em que se

comemora seu nascimento, há 118 anos atrás, o que demonstra que sua figura – ímpar atravessa os anos e jamais é olvidada; 118 anos depois, São Paulo faz reviver, mais uma vez, a sua grande personalidade de brasileiro!

.....

Eu me sinto pago das atribuições cotidianas por ter sido o modesto intermediário da vontade do povo, de vincular, nas terras de Piratininga, um nome que é um símbolo de brasilidade e de fé cristã pelas excelsas qualidades de amor, de civismo e de patriotismo.



A última fase da vida do Dr. Miguel é também descrita com certa amplitude pelo Professor Émile Leonard da École Pratique des Hautes Études – à la Sorbonne, em volume que publicou recentemente sob o título: – *L'illumineisme dans un protestantisme de constitution récente* – Brésil.

DISCURSO

Proferido

No dia 20 de janeiro, ás 11 horas da manhã, no Salão do Club Militar, pelo Doutor Miguel Vieira Ferreira por ocasião da reunião dos maranhenses convocada por ele e seu irmão, o Dr. Luiz Vieira Ferreira, para tratarem de interesses do Estado do Maranhão, de onde são naturais.

Meus senhores:

Antes de apresentar-vos o fim que nos propuemos, eu e meu irmão, o Dr. Luiz Vieira Ferreira, convidando-vos para esta reunião, permitir-me-eis que vos dirija algumas palavras.

Esperando que qualquer outro de nossos conterrâneos do Maranhão por si se apresentasse dirigindo à colônia maranhense uma convocação semelhante, abstivemo-nos de fazê-lo até agora; e, por tão plausível motivo, demoramo-la por tanto tempo. Vendo que ninguém tomava a iniciativa, pareceu-nos indispensável fazermo-lo nós dois, visto sermos signatários do *Manifesto Republicano de 1870*, e únicos maranhenses que o subscreveram e que diretamente contribuíram, não só para a criação e fundação do partido com e pelo seu *Club Republicano*, mas também para a publicação de sua primeira folha, *A República* e para a *Inconfidente*; assim como igualmente fomos os únicos entre os

maranhenses e também entre os membros e representantes das igrejas das diferentes denominações que dirigimos mensagens, por nós dois assinadas, ao governo provisório pedindo a separação entre a Igreja, e o Estado, a grande nacionalização e o casamento civil.

Amando a liberdade com esse amor que na primeira infância recebemos de nossos pais; filhos de um militar que no verdor dos anos expôs a sua vida e pugnou até ao triunfo a favor da independência de nosso país, e que sempre serviu a pátria com zêlo extremo, honradez e dedicação sem limites; desde a nossa primeira idade, seguindo brilhante exemplo, começamos, pela palavra e pela imprensa, o nosso árduo combate em prol da liberdade.

Terminados os nossos estudos acadêmicos, por nós feito de modo digno de nossa província, hoje Estado do Maranhão, reconhecida e proclamada – *A ATENAS BRASILEIRA* - e que tão nobres e dignos filhos já tem apresentado, entre eles também nos alistamos de modo tanto mais honroso quanto além das melhores aprovações adquiridas, por mim e meus irmãos, pude ir até ao doutoramento pela defesa de teses; e continuamos a dedicar-nos ao bem de nosso semelhante, e desde então de modo quase que exclusivo.

Forçado por moléstia grave, fui para o Maranhão, onde me conservei por alguns anos; e lá, juntamente com meu pai, seu primitivo redator, redigimos *O Artista*, jornal dedicado à indústria as artes, cujo fim era instruir o povo e elevar o seu nível para que fosse em todos os sentidos melhora-da a sorte do proletário e este, pela sua instrução, moralidade e trabalho, pudesse ocupar lugar honroso, e por isso mesmo útil, em nossa sociedade. Era preciso abater os montes e aterrar os vales, e o

Maranhão viu o povo subir de nível e o terreno ser preparado cuidadosamente para, recebendo as boas e sãs idéias, levá-las um dia ao produtivo terreno da prática. Todos na província conheciam o nosso esforço a bem da classe operária e do progresso daquele povo; pois que pela imprensa, n'*O Artista* e em muitos outros jornais e periódicos derramávamos a instrução entre a classe desprotegida, e chamávamos a imprensa à uma altura e posição grave, séria e útil que sempre deveria ter tido e conservar. Nunca escrevemos em anônimo, e nem coisa que nos envergonhe. Sempre respeitamos o direito de todos e demos honra àqueles a quem ela cabia. Também semanalmente fazíamos reuniões para instruir o povo sobre a organização social, sobre os direitos e os deveres do cidadão, sobre economia política em geral, e principalmente sobre crédito e instituições bancárias.

Proferimos e escrevemos essas palavras até então desusadas no Brasil; “Quem for progressista neste país arvore esta bandeira: - empréstimos a juro módico e longo prazo” sem o que não pode haver progresso.

Chegamos a incorporar e a levantar inscrição de capitais para o *Banco Industrial do Maranhão*, criação nossa cujo fim era auxiliar a lavoura e a indústria que morriam e têm morrido a míngua de recursos.

O governo central matou o progresso da província, não aprovando os nossos Estatutos, que lhe foram remetidos; isto é, nunca despachando a nossa petição. — Daqui escreveu-me certo genro de ministro que, mediante determinada soma avultada que lhe fosse paga a ele pelo seu trabalho de advogado, alcançaria do ministro, sogro, talvez mesmo de boa fé, a necessária e pedida aprovação. Respondi-lhe

com energia e textualmente: “Se for preciso a prevaricação para conseguir este progresso, morra o Banco industrial; a província do Maranhão resigna-se ao seu atraso até que haja outra ordem de coisas” – e tudo ficou sem efeito, e não se fez o bem da província. A centralização e a prevaricação sufocaram o progresso.

Procurei levantar o ânimo abatido do pobre pondo à sua disposição, e com franqueza, aquela instrução moral, industrial e artística que me fora concedido adquirir. Fiz ver ao pobre que não se deveria abater pelo orgulho do rico, porque o homem só é aquilo que é diante de Deus, e não pode ser outra coisa. Ninguém pode aumentar um côvado à sua estatura, e só por erro e mui funesto, pensará o homem ficar mais alto achando-se a cavalo, quando essa altura não é sua; é sim do animal em que vai montado. Orgulho não é sabedoria, nem virtude.

Procurava o povo em sua casa e em sua oficina inspirando-lhe amor ao trabalho e ao estudo, a honra, a verdade e a justiça.

Também cooperei sempre quanto pude para a libertação do escravo; e em 1869, quando o Dr. Tolentino Machado convidou-me para fundarmos a *Manumissora 28 de Julho*, primeira associação estabelecida para aquele fim em São Luiz do Maranhão, empreguei todos os meus esforços e prestígio para auxiliá-lo no seu e meu empenho. Eleito presidente por unanimidade de votos, insisti que ficasse nesse lugar o Dr. Tolentino que tinha sido o pai da ideia, sendo eu mero colaborador. Juntamente com o jovem e fervoroso cidadão Antonio Ennes de Souza, que sinto não estar aqui presente a esse tempo empregado como caixeiro na casa comercial de sua mui respeitável avó, e atualmente mui distinto professor da Escola Politécnica e diretor idôneo

da nossa Casa da Moeda, tudo alcançado pelo seu grande e próprio merecimento e muito honroso esforço pessoal, desde os seus princípios e sempre, entusiasta pelas ideias nobres, grandes e generosas; muito trabalhamos pela grandiosa causa da libertação dos cativos.

Pela palavra falada e escrita e pela prática, procurei melhorar a educação em geral e a do povo em particular, e apresentar um modelo a seguir em todo o Império para a educação da classe pobre mediante exclusivamente o seu trabalho desde a infância; e para isso, com todo o sacrifício e abnegação, criei os *Educandos Industriais* (1869) que tiveram um professor de primeiras letras pago por mim, lecionando-lhes também eu pessoal e praticamente para lhes criar um capital moral, fazendo-lhes conhecer o caráter e o esforço daqueles que inteiramente desprotegidos e desprezados na sociedade, chegaram a ser seus protetores e maiores benfeitores. E tudo isso o fiz, de um lado ainda sofrendo da enfermidade que me fizera recolher à minha terra natal, e do outro ralado por uma febre intermitente que perseguiu-me uns cinco anos, terminando tudo pelo *beribéri* que só então começou a ser conhecido naquela província e no Brasil; moléstia que ceifou muitas vidas nessa ocasião, e me deixou paralisado e moribundo por espaço de um ano.

Nesse intervalo de uns cinco anos, além dos serviços que por algum tempo prestei a província como seu engenheiro, tenho consciência de havê-los prestado relevantíssimos aos meus comprovincianos e ao meu país; e também os prestei não menos importantes à companhia de navegação a vapor daquela província quer no seu grande estabelecimento de máquinas e fundição quanto à indústria para a qual habilitei um pessoal de artistas, quer em sua

gerência e no movimento dos vapores com relação ao comércio e à lavoura. Sob minha imediata direção e responsabilidade, empregando artistas quase todos brasileiros e maranhenses, habilitados naquela casa, ali foi construído o vapor *Pindaré*, primeiro, senão o único, saído daquela grande oficina de trabalho; e superior em construção e acomodações, e muito inferior em preço de custo aos que até então tinham vindo do estrangeiro com igual capacidade.

Fiz também várias publicações e entre outras a que tem por título: *Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão*.

Quando em 1868 caiu o partido liberal, eu, que até então não me havia envolvido em política, senti grande dor no meu coração vendo a população espavorida pela opressão que viera sobre ela, e não havendo uma só pessoa que erguesse a voz em prol da liberdade. A bandeira liberal tinha sido abatida no Império, caída e rasgada na província, sem haver coragem para levantá-la.

Entendi ser o momento preciso de prestar mais um grande serviço à minha pátria: - Assim como já de muito tempo, fazia conferências públicas para instruir o povo sobre moral, economia política, sobre artes e indústrias, anunciei uma reunião pública para nela levantar e hastear a bandeira liberal.

Por ordem do governo, negaram-me o teatro, negavam-me as casas particulares, isto é, depois de concedidas voltavam atrás a palavra, confessando serem coagidos a isso pelo pedido e opressão governamentais. Declarei que falaria na praça pública se não pudesse encontrar uma casa particular; e só então concederam-me uma sala onde de fato celebrei a reunião.

Deixaram-me falar; mas no fim, os do governo agrediram-me desrespeitosamente e a grande

massa de povo que me cercava e que em verdade me tinha muito amor, exasperou-se de forma tal que difficilmente impedi, auxiliado por outros amigos, que houvesse uma cena de sangue muito triste. Nenhum mal aconteceu, embora esses provocadores, inimigos da liberdade, desejassem e tivessem querido fazer grande perturbação para desmoralizar-me, a mim e a ideia liberal.

Sem ligação ou compromisso político na província ou fora dela, levantei, sem indicação alheia nem auxílio estranho, a liberdade no Maranhão; e fiz reuniões e conferências públicas, arrastando a crítica dos ignorantes e invejosos, os preconceitos e ódios antipatrióticos; e comecei lá essas reuniões antes que na corte fossem principiadas as conferências radicais, de que só muito depois tive notícia. Fundei, então, já com outros, o *Liberal do Maranhão*.

Quiseram eleger-me deputado, mas não o quis, porque tenho sempre trabalhado pelo bem do meu país e o da humanidade sem procurar recompensa de ordem alguma ao meu trabalho, e me parecendo sempre desmerecer a meus próprios olhos se qualquer ambição pessoal penetrar no meu coração.

A doença grave que me acometera (e para evitar a morte, de que humanamente falando só o hábil médico, Dr. Augusto Teixeira Belfort Roxo, me estava resguardando) obrigou-me, cheio de pesar, a deixar o Maranhão.

Eu quisera morrer com a obra que estava fazendo; era um erro o pensamento de morte, mas tudo em mim era doença e profundo desgosto, tão profundo que só por si me poderia fazer succumbir. Os invejosos então me atacaram fortemente pela imprensa, e nem sequer a paralisia me permitia poder escrever; e me achava quase que impossibilitado de falar.

O extenso artigo que, mais tarde, lá publiquei n' *A Atualidade* antes de partir, ao retirar-me, e que depois foi aqui transcrito cavalheiramente no *Correio Nacional* pelos Drs. F. Rangel Pestana e H. Limpo de Abreu, foi ditado por mim com uma voz imperceptível, quase ao ouvido das três pessoas que por obséquio o escreveram, servindo-me de secretários, e que foram – uma de minhas irmãs, o jovem Sr. Antonio Ennes de Souza, já citado, e meu venerando e nobre Pai.

Ao partir daquela capital, os artistas, à sua custa (ao inverso do que sóer acontecer) fretaram um vapor que me levou, em companhia deles, a bordo daquele que me deveria trazer para o sul, e tive por acompanhamento espontâneo uma procissão tão grande como nunca vi naquela cidade. Ao despedirem-se de mim, no vapor, todos me abraçavam e grande número chorava em soluços; eram as lágrimas do pobre, lágrimas sentidas e saudosas daqueles amigos que ali se achavam tão somente movidos pelo coração. Foi uma das cenas mais tocantes que tenho presenciado; era uma cena puramente de amor e gratidão.

O povo me amava como um filho ama seu pai. Aquele profundo sentimento de amor e de respeito, eu os conservo indelevelmente gravados no meu coração. Vinha moribundo, mas cheio de gozo; trazia comigo a doce recompensa, única digna do homem que ama ao seu semelhante, que só para ele vive e só para ele pode viver.

Eu vinha disposto a trabalhar pela ideia republicana abertamente, abstraindo de consequência; eu já sabia que a monarquia era por demais perra para fazer o bem deste país. Eu tinha já visto o mundo de perto; embora destinado a conhecê-lo depois muito mais a fundo. Sentia necessidade de

trabalhar pelo meu semelhante e pela minha pátria. Trazia no meu coração a república federativa; e se o Sul repelisse a idéia, por maior que fosse o meu pesar, quisera a separação entre o Norte e o Sul: seria separatista, e nortista.

Foi com esse pensamento que em Pernambuco, ao passar, procurei o célebre republicano Borges da Fonseca, redator do *Repúblico*, andorinha daquele tempo que por ser só não podia fazer verão, mas que suportou a miséria e sofreu tudo pugnando sempre firme e heroicamente pela república; e, por indicação dele, procurei logo ao chegar aqui na corte, os redatores do *Correio Nacional*, Drs. F. Rangel Pestana e H. Limpo de Abreu. Dessa entrevista que eu e meu irmão, Dr. Luiz Vieira Ferreira, a esse tempo ainda militar, unânime nos sentimentos, tivemos com esses dois caracteres, é que nasceu o *Club Republicano* e *A República*, da qual fui eleito um dos redatores, e na qual ambos nós trabalhamos muito e com extremo sacrifício, embora talvez ignorado dos próprios companheiros.

Nessa folha, célebre pelo seu conteúdo, pelo seu desígnio, pela obra que fez, além dos inúmeros artigos de fundo por mim redigidos sem assinatura, por isso mesmo que eram da Redação, escrevi muitos com o meu nome e fiz traduções sem conta para instrução do povo. Traduzi, e ali foi publicado, todo o volume escrito por Ed. Laboulaye sobre *Liberdade Religiosa*, traduzi discursos de Julio Simon, Julio Favre e muitos outros; e ali foram igualmente publicadas as conferências por mim feitas na *Escola do Povo*. Assim também posteriormente traduzi, e foram publicados em folhetos, a *Profissão de Fé dos velhos católicos de Reinkens*, e *Do futuro dos povos católicos* de Emilio Laveleye etc. Tomei parte sempre muito ativa

nos trabalhos do partido, e quando organizamos os distritos republicanos, tocou-me a presidência do 5º, cujo secretário foi o Dr. Oliveira Bueno, que prematuramente acaba de ser ceifado pela morte há bem pouco tempo.

Juntamente com os Drs. F. Rangel Pestana, H. Limpo de Abreu e José Nápoles Telles de Menezes e mais tarde auxiliados por muitos outros cidadãos dedicados ao bem da pátria, fundamos a Escola do Povo, cujo discurso inaugural me tocou por sorte. Estabelecemos seus *Cursos Livres* e suas conferências; e pesaram tanto na balança política que puseram em movimento D. Pedro de Alcântara e sua corte que abriram e mantiveram as conferências da Escola da Glória por ele ordinariamente presididas em pessoa, e as escolas primárias que daí provieram.

Também à Escola do Povo deveu-se este grande movimento produzido em todo o ensino, primário, secundário e superior. Houve desde então movimento e atividade pronunciados nas letras e no magistério, embora as coisas não fossem feitas pelo governo como deveriam tê-lo sido.

Nas conferências da Escola do Povo muito pugnei a favor da liberdade de consciência, da do pensamento e da do ensino; pela educação da mulher até então abandonada, escravizada, e que desejava eu fosse habilitada para viver *sem precisar herdar nem casar*, como então me expressei. Daí veio esse impulso forte que as tem levantado até a formatura. Pugnei pelo ensino misto que chegou a ser adotado pelo ex-governo imperial, nas academias, no ex- colégio de D. Pedro II e nas escolas; medida de grande alcance e acerto que o barão de Mamoré, terrível inimigo e perseguidor da instrução pública, não compreendeu e aboliu.

Tenho, sem descanso, pugnado pela difusão incessante e sem limites da instrução entre o povo; tenho procurado levar a luz e a verdade a todos os recantos desta cidade e deste Império, depois de haver criado algumas escolas e colégios no interior, mesmo do Rio de Janeiro. Tenho combatido pela primeira das liberdades – a de consciência, - sacrificando e suportando tudo, segundo a graça que de Deus tenho para isso recebido. Jamais quis figuras nem imagens; tenho, sim firmemente procurado estabelecer a realidade das coisas: amo a verdade e a justiça de todo o meu coração. Não basta a liberdade na lei, é preciso a liberdade na prática.

Quem levou à rua a liberdade religiosa e de consciência fui eu, comigo o Dr. Luiz e a tão injustamente perseguida Igreja Evangélica Brasileira de que sou Pastor, tendo sido instrumento de Deus para a sua fundação, injuriados, caluniados, cobertos de toda a casta de opróbrios e baldões, de desprezo e ironias; no meio de insultos e ameaças e pedradas, recebendo tiros e correndo frequentemente risco de vida pela perseguição do povo ignorante e leviano captaneado muitas vezes e quase sempre por autoridades policiais do ex-governo, nunca deixamos de instruir o povo e de sairmos para ir de casa em casa, de porta em porta falar ao cidadão cego e desprotegido dos *grandes* e da sorte, mostrando-lhe a necessidade da tolerância, da liberdade, da igualdade e fraternidade, da justiça, da verdade, do livre exame, etc.

Sejamos severos conosco e tolerantes com o nosso próximo; não façamos a outrem o que não desejaríamos que nos fosse feito a nós; eis o ensino do divino Mestre, eis também o que ensinamos. Por isso tudo toleramos sempre, lamentando apenas o atraso do país e a fraqueza dos homens; e

convencendo- nos cada vez mais da necessidade de nosso esforço.

No meio desta guerra atroz que temos atravessado, isolada e ingloriamente durante tão longo período de anos, e que esperamos ver terminada pela república; no meio desta pior guerra que se pode imaginar e a mais difícil de suportar, Deus nos tem revestido de forças para mostrarmos sempre a necessidade da separação entre a igreja e o Estado, a do casamento civil, da fraternização dos povos para o reinado da paz, etc.

Temos convicção da obra por nós feita, desse colossal trabalho a que a história fará justiça; e agora, cheios de alegria, vemos o triunfo alcançado já na república e pela república.

Desde que o patriota e ilustrado cidadão Dr. Leôncio de Carvalho, concedeu aos acatólicos a frequência das aulas do Estado sem obrigação de sujeitarem- se à assistência do ensino religioso, fechamos a escola particular que tínhamos para os nossos filhos (nossos individualmente e os da congregação a nosso cargo) e fomos matriculá-los no estabelecimento do governo para que houvesse efetividade na lei; e algumas vezes foi-nos preciso intervir para fazer vingar a lei e o direito. – Muitas são as publicações que temos feito com o fim de por alguns bons livros ao alcance de todos pela modicidade do preço; e os temos feito levar de casa em casa, porque é preciso que o povo leia, que o povo pense, e que o povo pratique. É preciso levar a vida aos que dormem na região das trevas, no vale da sombra da morte; e isso temos feito, e procurado também convencer ao povo da necessidade de educar seus filhos, e a estes a de utilizarem o esforço de seus pais, e o precioso tempo que não volta; e de se esforçarem pra receber alguma educação e instrução.

Cercados de um grupo que nos ama, cujos olhos acham-se abertos pela luz da verdade, a quem instruímos de todo o coração, a quem damos conselho de amigo, conforto e consolação de pai, a nossa felicidade única e a nossa única ambição é fazermos a felicidade daqueles que nos cercam. Não pretendo emprego, não ambiciono riquezas nem posição social alguma; ambiciono ardentemente ser útil; e tem sido esta a única ambição de toda a minha vida: é meu dever ser útil. Esta é a obra duradoura que devemos fazer. Sei remir o escasso tempo, tenho-o todo ocupado: o meu descanso é a mudança de trabalho; mas tenho adiante de mim a posteridade a qual me devo, e trago diante de meus olhos a immortalidade que principia neste mundo. O meu quinhão não depende dos homens; eu sou de Deus e por isso mesmo sou da humanidade. Devo glorificar a Deus, mas é glória de Deus o fazer bem às suas criaturas.

Convocamos esta reunião para ouvir-vos a respeito da situação presente, e da futura do Estado do Maranhão. Não desejamos uma reunião estéril, mas esperamos de vós obras que levem ao engrandecimento aquele torrão que nos viu nascer; esperamos de vós um esforço e apoio francos e decididos para que sejam apresentados à Constituinte maranhenses que tragam a república no coração e a ilustração em suas cabeças; que cooperem, pela firmeza de seus caracteres e princípios, para a consolidação da república federativa brasileira e para o engrandecimento do Estado do Maranhão. Empreguei tanto esforço para que ele, ainda província, esse Maranhão, terra de nossos pais e que também nos viu nascer, se pusesse a testa do ex-Império do Brasil!... Mas o atraso era tão grande!...a cegueira tanta!...

Os cegos e os coxos foram os maiores inimigos de David; foram-lhe mais terríveis que Golias. Eles são, em todo o tempo, os maiores inimigos do progresso e da felicidade dos povos. David matava-os, mas Jesus Cristo os curava. Precisamos escolher homens que não sejam cegos nem coxos, mas que possam dar vista aos cegos e tornar são os coxos; homens que amem a verdade, que busquem a realidade, que pesem devidamente a instrução e a educação, o saber e a virtude; que possam preparar e consolidar a felicidade futura deste país.

O nosso Brasil há de ser levantado por seus diletos filhos. Precisamos de vossas luzes, de vosso conselho, de vossa cooperação, de vosso valioso esforço e reconhecido amor à pátria.

Para ouvir-vos, nós vamos assentar, cedendo-vos a palavra e por amor da boa ordem e para que fique consignado tudo o que se passar nesta nossa primeira reunião, peço-vos permissão para aclamar a Mesa provisória.

Convido e rogo que aceitem e, por brevidade de tempo, tomem logo conta de seus lugares, como presidente o Dr. Luiz Vieira Ferreira, como 1º secretário o coronel Francisco Manoel da Cunha Junior, e como 2º o Dr. Raymundo de Sá Valle.

Instalada a Mesa ficará aberta a sessão para propostas e discussão das medidas que achardes úteis e necessárias ; para a eleição de uma comissão que se encarregue, aqui nesta capital, de representar o Estado do Maranhão, junto ao governo provisório, redigindo ela mesma a Mensagem, Missiva ou Manifesto que em nome da colônia maranhense aqui residente deve também ser enviado aos nossos conterrâneos do Maranhão.

A todos peço tranquilidade, calma e muita ordem para bem da obra, e para economia de tempo.

Convido a Mesa a tomar o seu lugar; declaro-a instalada para começarmos os nossos trabalhos.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil.

Club Militar. Rua da Quitanda n. 49, sobrado.
Aos 20 de janeiro de 1890.

DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA.

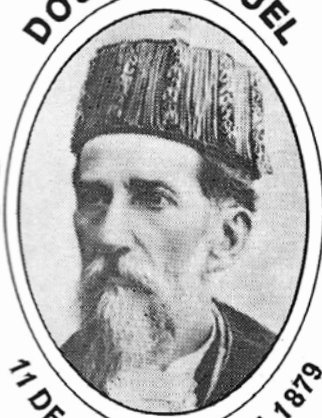
---:000:---

FIM

(Transcrito do original)

PASTORES

DOUTOR MIGUEL



11 DE SETEMBRO DE 1879

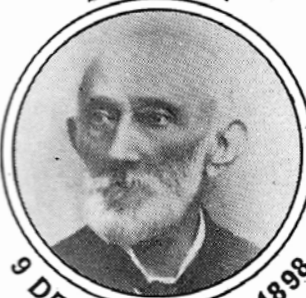
DR. ISRAEL



24 DE SETEMBRO DE 1911



DR. LUIZ



9 DE JANEIRO DE 1898

DR. PRADO



29 DE SETEMBRO DE 1974

**TEMPLOS ERIGIDOS NO PASTORADO DO REV.º
Israel Vieira Ferreira**



SEDE DE SÃO PAULO — BRAS



POÇÕES — BAHIA



VIGÁRIO GERAL — RIO

FASCÍCULO XVII

Álbum
de
Portugueses e Brasileiros
Eminentes

---:OOO:---

DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA
Pastor da Igreja Evangélica Brasileira

FASCÍCULO XVII



DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA

Pastor da Igreja Evangélica Brasileira

P R E F Á C I O

O Dr. Miguel Vieira Ferreira, cuja biografia faz o objeto do presente número do *Álbum de Portuguezes e Brasileiros Eminentés*, tem duas genealogias - a dos antepassados e a do seus atos pessoais.

Completam-se ambas mutuamente, são ambas dignas uma da outra.

Foi militar; foi e é escritor; é hoje sacerdote.

Considerado sob qualquer destes aspectos, é sempre o mesmo caráter, a mesma personalidade, o mesmo vulto.

Militar brioso e distinto, durante os primeiros anos de sua vida, cheio de todos os entusiasmos que o patriotismo pode inspirar a uma mocidade impressionável, isso foi ele como poucos, ou raros talvez.

Escritor fecundo, brilhante, principiando por onde os mais celebrados costumam acabar, pelo estudo das questões científicas, pela solução dos altos problemas, pela investigação de assuntos transcendentés, como a mecânica celeste, a física, a filosofia natural, e outros; isso também tem sido, e é.

Que admiráveis noções, que importantíssimas revelações, que preciosos trabalhos tem produzido as suas elucubrações, a sua análise profunda, a sua critica são!

Além disto, que série de indicações, qual mais judiciosa, que profusão de conselhos e de alvitres, de projetos, de apreciações úteis sobre interesses locais tem saído da sua pena inesgotável!

Quanto devem aos seus escritos a indústria, as artes, o trabalho em todas as suas manifestações, a atividade em todas as suas aplicações!

Quanto tem trabalhado pelas causas genuinamente populares, pela redução a fatos dos grandes princípios em que se encerra a felicidade operária!

Jornalista de fôlego, dias houve em que todos os periódicos das províncias do norte e do sul do Império do Brasil pareciam poucos para darem vazão às suas memórias, aos seus artigos, aos seus estudos, aos seus trabalhos.

Profundamente convencido da importância, da seriedade, do alcance das ideias que professava, em todos os variadíssimos ramos a que applicava sua inteligência, não havia propaganda que o satisfizesse, e por isso, não contente em escrever, falava, amiudando conferências, todas interessantíssimas e escutadas com uma applicação e um entusiasmo condignos do conferente ou preletor e dos temas por ele escolhidos.

Um característico especialíssimo dos seus trabalhos foi sempre o método. Todos, que não são hóspedes no estudo, sabem perfeitamente quanto importa a exposição das matérias e à compreensão delas este fio condutor, que é a melhor expressão da ordem e a demonstração mais eloquente do sistema.

Quando official de engenheiros, escreveu muito e muito sobre os assuntos da sua profissão desse tempo. Memórias, projetos sobre canais, diques, docas, pontes. São dignos de ver-se esses exemplares, e tanto como eles os desenhos, os traçados, as plantas que os ilustram e completam.

Manifestou sempre um amor pátrio, que não se confunde com o patriotismo vulgar, porque o traduzia em atos práticos, em vantagens palpáveis, em resultados valiosos.

Tudo de que fossem capazes as indústrias e o trabalho nacional seria preferido a importações, a

serviços de estranhos; se essas indústrias não estavam ainda em condições de satisfazer o que lhes era exigido tratava de aperfeiçoá-las e desenvolvê-las; se não existiam, criava-as, o que é mais ainda.

Assim aconteceu pelo que respeita a Casa de Fundação da Companhia de Navegação Fluvial do Maranhão, onde conseguiu a construção do célebre vapor *Pindaré*, igual aos das procedências mais afamadas e em custo notavelmente mais favorável.

Foi o seu grande amor às indústrias, em cuja importância pusera toda sua fé, o gênio empreendedor e investigador de que é dotado, foi esse desvelado amor que o levou a fundar o banco hipotecário industrial.

Esta fundação distingue-se de uma maneira notabilíssima de todas as que lhe possam ser comparadas, unicamente no sentido de serem da mesma índole e visarem aos mesmos fins.

Foi ele que elaborou os estatutos, mas tão liberal, tão conscienciosamente se houve nessa difícil incumbência que espontaneamente tomou sobre si, tão sincero era o pensamento e tão desinteressados os intuitos de que estava possuído, que exigiu fossem discutidos previamente na imprensa e na tribuna. Aceitaria todas as observações judiciosas - grande abnegação e grande modéstia - e rebateria e confundiria todas as impugnações infundadas, - grande abnegação e grande confiança no seu trabalho.

De sorte que, ao contrário do que acontece quase sempre com instituições desta natureza, e isto em toda a parte do mundo, os subscritores, os acionistas, quando se deliberassem a sê-lo conheceriam já a fundo a lei orgânica do estabelecimento a que iam confiar os seus capitais, porque, de certo modo, haviam colaborado nessa lei.

O seu amor pela vida industrial levou de vencida a sua vocação militar. Deixando esta, fundou aquele célebre instituto, inspirado no sentimento mais patriótico e humanitário de quantos seja capaz a alma mais bem formada, o coração mais amorável. Denominava-se ele *Educandos Industriais*. O título diz tudo. Nem há comentários, explanações que lhe engrandecem a significação.

Tinha por objeto esta simpática instituição a infância desvalida e pobre; tinha por fim instruí-la e educá-la no amor, e no hábito do trabalho.

O mestre principal era ele, que de ninguém quisera confiar o tesouro de ensinamentos, de noções, que se continha no seu espírito, e que seria o mais perfeito, o mais precioso e o mais duradouro dote do instituto nascente. Nunca o Brasil pensara numa obra assim; nunca o Brasil teve outra que lhe pudesse ser comparada.

É que também estas instituições carecem de uma alma capaz de animá-las para serem o que devem, e almas como a do Dr. Miguel Vieira Ferreira não se encontram facilmente.

Ali sacrificou a sua saúde e pôs em risco a sua vida; tão grande era o entusiasmo pela causa que criara e da qual foi, enquanto as forças físicas lhe o permitiram, o dirigente e o chefe.

Nos dicionários mais conceituados, nas estatísticas mais dignas de crédito, nos livros mais célebres, anda o seu nome entre os que são deveras beneméritos.

Político de raça, foi o fundador do primeiro clube republicano do Brasil; foi ele portanto a aurora que precedeu o dia 15 de novembro de 1889 em que essa forma de governo foi ali proclamada.

Por isso se pode medir a largueza de suas

vistas, o alcance dos seus pressentimentos, e o ar-rojo dos seus planos.

De um homem assim pode dizer-se que lê no futuro, porque, prevê com rara lucidez os acontecimentos, quando envoltos na serração chamada *noite dos tempos*.

Assim como foi dos iniciadores do movimento, pela fundação do clube, foi um dos primeiros jornalistas dessa ideia, que hoje predomina no Brasil.

Mas a sua política, como toda a sua fecunda iniciativa, tinha sempre o mesmo norte, o mesmo objetivo, a mesma preocupação: o engrandecimento do povo, que ele ia buscar às suas naturais origens: a criança, o analfabeto, o desvalido, o trabalhador.

A fundação, em 1873, da escola a que deu essa singela mais significativa denominação - *o povo* - é mais um testemunho eloquentíssimo da verdade da nossa asserção.

Nessa escola regia várias cadeiras com uma proficiência especial e verdadeiramente privilegiada, porque é assombroso como um homem daquela estatura pode ajeitar-se a capacidades tão duvidosas e acanhadas, a compreensões tão escassas, a disposições tão indecisas e a almas tão tenras. Pois foi um preceptor distintíssimo, um mestre em toda a acepção da palavra, um educador sobremaneira célebre e acabado.

Não se contentava com as lições cotidianas e ordinárias, fazia conferências repetidas, atraindo sempre e agrupando em volta da sua palavra fluente e fácil numerosíssimos auditórios, nos quais sobressaiam por vezes reconhecidas celebridades.

O programa que adotara foi um incentivo; teve muitos imitadores, e essa imitação era a sua glória.

Uma verdadeira revolução escolar produziu

aquele instituto, que, sendo gratuito, sobrelevava, em sistema e em resultados, aos mais graduados e mais afamados.

No próprio ensino oficial se sentiram os seus efeitos, porque até as escolas do governo lhe seguiram os exemplos e lhe imitaram e copiaram os processos.

Paralelamente com estes serviços prosseguia na sua propaganda republicana. Fazia ouvir repetidas vezes a sua voz em conferências nos recintos mais vastos, que então pareciam acanhados para conter a multidão dos ouvintes.

Deve compreender-se como neste apostolado, insistente e fervoroso, tivesse longo quinhão a ideia mais humanitária e mais cristã de quantas andavam então pairando sobre os espíritos mais esclarecidos. Referimo-nos à emancipação dos escravos.

Sim, compreende-se como uma alma tão nobre, um coração tão generoso, uma atividade tão irrequieta, uma dedicação tão apaixonada por tudo de que dependesse o adiantamento e o engrandecimento das últimas camadas sociais, não pudesse conservar-se indiferente ou insensível perante o regime da escravidão.

Propugnador acérrimo de todas as emancipações e de todas as independências, a escravatura havia de ser por força para o seu espírito liberal, humanitário, patriótico, um jugo insuportável.

Para sacudir esse jugo trabalhou muito, incansavelmente, pode dizer-se com toda a verdade.

Não se realizou a remissão dos cativos tão depressa como se teria realizado, se para arrancar preconceitos velhos, para destruir interesses profundamente arraigados, para cantar vitória sobre opiniões ferrenhas e tradicionais não fosse forçoso sempre que o tempo fizesse o seu ofício, auxiliado

pela força de vontade dos homens que sabem cumprir o seu dever.

Mas a transformação operou-se em condições, seja dito de passagem, muito diversas e muito menos favoráveis do que aquelas em que o teria sido, se as suas judiciosas considerações houvessem sido seguidas como tinham direito a sê-lo.

Entre os seus muitos escritos é difícil preferir uns sem fazer injustiça a outros. São todos dignos dos assuntos e dignos da capacidade de quem os tratou. Há, porém, uns que sobremodo nos encantam e nos admiram: os de Economia Política.

É digna de ver-se a intrepidez com que o Dr. Vieira Ferreira investe com teorias, que estavam como que consagradas, que eram tidas na conta de invulneráveis! Como ele põe todos os problemas dessa ciência importantíssima e fundamental numa luz nova, sob pontos de vista nunca cogitados; como de princípios assentes e incontroversos tira conclusões que nenhuma investigação conseguira ainda tirar!

As suas ideias sobre todas as questões essenciais, que nessa ciência se estudam e debatem são apresentadas com uma lucidez maravilhosa, são postas de um modo indestrutível. Parece outra nas suas mãos esta ciência chamada Economia Política!

Deixemos à biografia que vai ler-se a surpresa a que são destinados muitos e muitos fatos da vida particular deste ilustre varão; deixemos a ela a demonstração graciosa e comovente das relações íntimas, estreitíssimas que existiam entre todas as suas qualidades pessoais e as qualidades que enobreceram os seus antepassados, e designadamente seu pai, um homem, sob todos os aspectos, distintíssimo.

Nós prefaciamos não historiamos, abrimos a porta de nossa galeria ao herói que vai honrá-la com a sua presença, não fazemos a apreciação circunstanciada dos seus méritos, dos seus atos, dos seus serviços.

Seriam duas biografias, e seriam portanto dois exemplares da mesma obra num só volume. Para muitas dava esta vida ilustre, mas nós tratamos de compendiar do que adiante se segue, quanto pudemos apurar, e aqui neste preâmbulo não temos mais do que fazer o que no exórdio faz o orador, o que no preâmbulo faz o autor.

Foi um dos estudantes dos seus cursos mais galardoado, mais conceituado e mais querido.

Os seus sentimentos filantrópicos levaram-no desde os mais tenros anos a repartir com os discípulos o fruto das suas lições e dos seus estudos. Foi expositor, explicador e professor desde muito cedo.

Exatamente como aquele que, dispondo de largos meios de fortuna distribui uma parte com os pobres, por não lhe sofrer o coração que a outros falte o indispensável quando a ele lhe sobeje mesmo do supérfluo, o Dr. Vieira Ferreira, côm scio da sua capacidade, o que não desmente a sua modéstia, rico de conhecimentos e de noções, não estava satisfeito pensando em que outros nada sabiam, ou porque não pudessem ou não soubessem habilitar-se e aproveitar como ele. Por isso repartia à farta os seus conhecimentos, sempre relativamente tão vastos, que chegavam para todos.

Se quiséssemos antecipar o que nos reservamos para referir no corpo deste volume, onde vão encadeados e coordenados os fatos constitutivos da biografia do Dr. Vieira Ferreira, diríamos desde já

como foi célebre a tese e a defesa deste acadêmico, e como ele conquistou os aplausos de um assembléa doutíssima, que o escutou embevecida, à frente da qual se achava o Imperador D. Pedro II, grande admirador dos estudiosos, e por isso um dos maiores ou o maior admirador do homem de quem escrevemos.

Sem prepararmos a transição de uma vida tão expansiva e tão buliçosa, tão ativa e tão entusiasta, para outra concentrada, pacífica, mansa, meditativa, diremos apenas que o pregador e propagandista do Evangelho, o sectário convicto do presbiterianismo, que veio a ser e hoje é, o Dr. Vieira Ferreira corresponde fielmente, nos pontos capitais, ao homem que temos visto no século, propagandista também, mas exclusivamente para a terra, pregador também do bem, mas do bem temporal.

Foi uma conversão maravilhosa, que fez o eco que não podia deixar de fazer, tratando-se de um vulto assim, conhecido em todo o Brasil e fora dele. Foi uma notícia da mais profunda sensação, que voou de boca em boca, e que se antepôs por muito tempo à quantas, ainda das de maior efeito, se foram sucedendo.

O Dr. Vieira Ferreira, por motivos que vão ler-se, fundou a Igreja Evangélica Brasileira, da qual é o Pastor.

Tem lutado muito toda a sua vida, tão agitada, tão acidentada, tão ativa; mas tem triunfado sempre até hoje. Qualquer outro teria sucumbido de há muito.

Não se movem perseguições aos insignificantes, não crescem invejas contra os inúteis, não se ataca nem se tenta lançar por terra os inábeis. Estas tempestades investem sempre contra os que tem reconhecido

valor, porque são esses os que fazem sombra ao maior número, que se compõe de insignificantes.

Tem a roda de si um grande culto este homem prestigioso, prova evidentíssima de que mais do que todas as perseguições podem e valem a justiça e a verdade. A sinceridade das suas intenções justificam-no diante da sua consciência, e quem se justifica perante a sua consciência não tem o que temer das perseguições dos homens.

São muito notáveis, muito amáveis, muito repassados de unção religiosa os cânticos da *Igreja Evangélica Brasileira*, produção ou inspiração, no seu maior número, do nosso biografado.

Dizemos isto, porque nessas poesias como que transparece a verdade das nossas afirmações, acerca da mansidão de gênio, da brandura de ânimo, das disposições dulcíssimas, que revestem o caráter do cantor daqueles cânticos.

As conferências do Dr. Miguel Vieira Ferreira, a que ele deu o título de *Cursos livres*, correm impressas por todo o Brasil, e apesar de terem decorrido, depois que foram proferidas, 18 anos, conservam ainda todo o frescor da atualidade. Poderiam ser recitadas hoje, que ninguém seria capaz de atribuí-las a época tão longínqua, com relação aos progressos que se tem operado acerca de muitos e muitos dos temas que foram objeto delas.

Mas, quem ler aquele folheto, intitulado - *Pasagem do rio Paraná* - e que encerra os apontamentos da campanha deste homem, quando em 1866, militava tão denodadamente pelos interesses e pela causa da pátria, não poderá supor que, a farda do valente militar viria a transformar-se na túnica do pregoeiro do Evangelho, do presbiteriano convicto e entusiasta!...

Temos estendido na nossa presença centenas de jornais de todas as procedências, de todas as opiniões e de todas as índoles, que se tem publicado no Brasil. Em todos se fala do Dr. Vieira Ferreira nos termos mais lisonjeiros para um homem que se preza.

A transcrição dos artigos aí contidos, com referência a ele, dariam com que encher volumes; outros tê-los-ia colecionado, e levantado assim o seu monumento, sem que da sua modéstia pudesse alguém duvidar por ser tal padrão construído com metais fornecidos por estranhos e por mãos de estranhos cinzelados e moldados.

Ele não o fez, não o faz, seria incapaz de fazê-lo. Se conseguimos que o seu retrato e a sua história viessem ocupar o lugar a que tem direito nesta galeria foi preciso instá-lo e solicitá-lo, acabando por o convencer de que tanta humildade, para quem o não compreendesse devidamente, poderia parecer um desvanecimento, isto é, poderia tão pertinaz recusa ser tida na conta de um convencimento pouco lisonjeiro para quem lhe oferecia esta humilde consagração dos seus méritos e serviços, convencimento de que era baixo o pedestal para tão agigantada estatura.

E foi assim que, rendido e vencido, que não talvez convencido, consentiu em que fossem proclamados méritos e serviços que, apesar de tão grandes, a ele que os possui, a ele que os presta e tem prestado, tão exíguos parecem.

A insuficiência da frase, a singeleza do estilo, a pobreza da forma, tudo isto está já desculpado e relevado por aquele que tinha direito a ser o primeiro e principal queixoso.

Aos nossos leitores diremos que, dando ao presente fascículo proporções que excedem as vulgares

do nosso Álbum, não abrangemos, não compendiamos ainda assim quanto quiséramos e devêramos dizer e expor acerca deste grande vulto. Mas para darmos largas à pena seria necessário continuar em fascículos sucessivos a nossa apreciação, o que iria contrariar o plano geral da nossa obra, conquanto fosse muito edificante e interessante para quem nos lesse, e muito grato também para a nossa vontade de fazer inteira justiça àqueles que dão ao nosso Álbum a honra de sua visita.

I

DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA

Doutor em ciências matemáticas e físicas pela antiga Escola Central do Império do Brasil, e atualmente Escola Politécnica. Fundador e Pastor da Igreja Evangélica Brasileira.

É filho legítimo dos falecidos brasileiros, o veterano da independência tenente coronel do corpo de engenheiros Fernando Luiz Ferreira e de sua mulher D. Luiza Rita Vieira da Silva Ferreira.

Seus avós paternos são: o tenente coronel Miguel Ignácio Ferreira e sua mulher D. Catharina de Senna Freire de Mendonça, também brasileiros, descendentes de portugueses, sendo este seu avô descendente dos Ferreiras, nobres fidalgos, mencionados no capítulo 34 à página 253 e seguintes da obra: SAUDADES DA TERRA. *História genealógica de S. Miguel*, composta por Gaspar Fructuoso, e impressa em Ponta Delgada em 1876, na tipografia do *Amigo do Povo*; e sua avó D. Catharina, filha legítima do advogado Joaquim Isidoro Freire de Mendonça.

Seus avós maternos são: o coronel Luiz Antonio Vieira da Silva, português, e sua avó D. Maria Clara de Souza Vieira, brasileira, filha legítima do coronel José Antonio Gomes de Souza, brasileiro, filho legítimo do sargento-mor Antonio Gomes de Souza, português — ambos estes seus avós têm brasões de armas de antiga nobreza e fidalguia, como se pode verificar na obra: *Arquivo Heráldico - Genealógico* do Visconde de Sanches Baena, impresso em 1872, em Lisboa, na Tipografia Universal,

achando-se o primeiro sob n° 1:761 e segundo sob n° 1:426.

Aos 10 de dezembro de 1837 nasceu o Dr. Miguel, à Fonte das Pedras, na cidade - S. Luiz, capital da antiga província e hoje - Estado do Maranhão - do qual seus pais já eram também naturais.

Estudou os seus preparatórios mui vantajosamente no Liceu daquela cidade, ali fundado em 1837, ano do seu nascimento. Obteve sempre as melhores aprovações, e a estima de seus mestres e colegas; que lhe davam o primeiro lugar entre os seus contemporâneos.

Concluídos os preparatórios, deixando sua família e província natal, matriculou-se na antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, depois Escola Central do Império do Brasil e atualmente Escola Politécnica, e aos 10 de dezembro de 1859, dia em que completava o seu 22° aniversário, recebeu o grau de bacharel em ciências matemáticas e físicas; e aos 17 de outubro de 1863 lhe foi conferido o de doutor nestas ciências por brilhante defesa de teses que, aos 3 de julho desse mesmo ano, sustentou perante a respectiva congregação, na presença de toda a escola e numerosíssimo auditório, com assistência do Imperador e sua comitiva; e obtendo aprovação plena.

Foi 1° cadete do Exército Brasileiro, havendo assentado praça no Maranhão, aos 23 de janeiro de 1855, e foi promovido a alferes aluno do Exército, como prêmio dos seus estudos, aos 14 de março de 1857; a 2° tenente do corpo de engenheiros, também por estudos, aos 4 de Junho de 1859; e nessa patente pediu e obteve demissão no dia 1° de junho de 1864, achando-se convalescendo de gravíssima enfermidade que o levara àquela província. Ainda estudante, já em fins do seu curso, foi ajudante do

Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, sob a direção do conselheiro general Antonio Manoel de Mello.

Pouco tempo depois de formado seguiu como membro da comissão demarcadora dos limites entre o Brasil e o Peru, servindo sob a chefia do notabilíssimo brasileiro, então capitão tenente da armada nacional, José da Costa Azevedo, atualmente Barão do Ladário, que desde essa época ficou sendo o seu íntimo amigo.

Escreveu, logo ao terminar os seus estudos, um opúsculo que intitulou: *Ensaio sobre a filosofia natural*, que publicou no Rio de Janeiro no princípio de 1861. Nesse trabalho, seu primeiro esforço, negou a existência da atração entre matérias ponderáveis, como admitiu Newton e toda a ciência com este sábio e após ele; e sustentou que essa atração se produz unicamente entre a matéria imponderável e a ponderável, porque esta é de si inerte. Mostrou que, sua teoria, apesar de nova, em nada altera os cálculos matemáticos, derramando no entanto uma nova e abundante luz sobre a física e a mecânica celeste, explicando e tornando explicáveis racional e claramente muitos fenômenos até então incompreensíveis e inexplicáveis na ciência, como sejam: *A rotação e translação dos corpos celestes, a inclinação de suas órbitas, a precessão dos equinócios, a rotação do eixo da Terra, a luz zodiacal, as manchas do sol e a rotação deste astro, a indagação de novos astros e a habitabilidade dos corpos celestes.*

Mostrou que a irradiação do sol não se faz por meio de raios divergentes, o que reputou absurdo, porque numa distância prodigiosa como, por exemplo, a que se acha Neptuno, haveria um espaço enorme entre dois raios mais próximos; e mesmo no afastamento que existe entre o sol e os planetas

seria por demais considerável a distância entre dois raios consecutivos; fenômeno que não se dá. Admitiu o sol como centro de calor e luz, porque o é; e mostrou que a irradiação fazendo-se em virtude da atração entre a matéria imponderável e a ponderável, os raios partem do sol para cada um dos outros astros, formando cones de luz truncados, tendo por bases círculos máximos, do sol de um lado, e do outro do astro considerado. O círculo máximo do sol é a base maior, de sorte que os raios não são divergentes a partir do sol, como parecem, mas daí convergem para os outros astros. Esses cones de luz, disse o Dr. Miguel, salientam-se na ocasião dos eclipses. A suposta irradiação divergente do sol, é mera ilusão ótica; e são graves os erros que se tem originado dessa fonte. A irradiação é convergente a partir do sol para os planetas. A matéria imponderável desprende-se do sol pela força da atração que exerce para a matéria ponderável planetária e volta ao sol por um processo inverso. Sustentou que não só o movimento de translação, como ensina a ciência, mas também o de rotação da Terra não tem e nem podem ter velocidade constante; e que, entre o sol e os planetas que o cercam, existe uma circulação forçada de matéria imponderável, de sorte que não há risco de vermos esvaír-se o sol em luz e calor, como tem receado e calculado alguns homens eminentes da ciência. Entre o sol e os planetas e os satélites que o cercam existe uma circulação de fluído e estabelece-se tal ou qual função fisiológica.

Quando estudante escreveu na *Revista Popular*, editada pelo Livreiro B. L. Garnier, e noutras folhas e periódicos; e viu alguns artigos seus aceites e publicados no *Correio Mercantil* pelo Dr. Francisco Octaviano de Almeida Rosa, notável jornalista, advogado e político, depois Conselheiro e

Senador do ex - Império; assim como em outras folhas de grande conceito. Escreveu por várias vezes no *Diário do Rio de Janeiro*, então redigido pelo grande mestre e democrata, o célebre advogado e político sempre coerente, integérrimo, probo e intransigente, o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, pai da República do Brasil, salientando-se numa série de artigos mui calorosos sobre a questão *Anglo-Brasileira*, vulgarmente denominada *Questão Christie*, cujos artigos imprimiu depois em folhetos. Foi o primeiro que lembrou o encorajamento das fortalezas, quando mesmo no velho mundo esta ideia ainda não tinha aparecido, como foi exposto e publicado naquele *Diário* para honra do Brasil.

Publicou em S. Luiz do Maranhão, em 1866, um folheto intitulado: *Considerações sobre o progresso material da província do Maranhão*. Redigiu naquela província *O ARTISTA, jornal dedicado à indústria em geral e especialmente às artes*, onde foi continuador da grande obra, encetada por seu pai, de elevar e enobrecer o caráter popular, e procurou sempre instruir o povo e elevar o nível moral e social do operário, fazendo também para esse fim uma grande série de conferências públicas, no teatro (sendo ele o primeiro que as fez no Maranhão, e dos primeiros no Brasil), muito concorridas pelo Povo e pelas pessoas ilustradas da província.

Caindo o partido liberal, em 1868, ele, que até então nunca se tinha envolvido em política, em conferências públicas e pela primeira vez políticas, levantou a bandeira da liberdade, então caída, pisada e humilhada na província e no Império, sendo a única voz que ali se fez ouvir naquela ocasião em que todos estavam cheios de terror pela perseguição e despotismo que se ostentava pavoroso, manifesto, pujante e público. Fundou, para sustentar as boas

e sãs ideias de liberdade, *O Liberal* do Maranhão, folha que escreveu juntamente com o bacharel Antonio Jansen de Mattos Pereira e que foi propriedade do coronel Isidoro Jansen Pereira, importante chefe político naquela província.

Escreveu em quase todos ou em todos os jornais e periódicos do Maranhão e de outras províncias do Norte e do Sul do Império, sobre vários assuntos, mirando sempre o bem público, como posteriormente tem escrito nas principais folhas do antigo Império e da moderna e atual República.

Quando 2º tenente do corpo de engenheiros, e por algum tempo empregado no Maranhão, apresentou diferentes projetos sobre pontes, canais, cais, diques, docas etc., tudo acompanhado de excelentes memórias e multiplicados e bons desenhos.

Foi diretor da *Casa de fundição* da companhia de navegação fluvial daquela província, e depois conjuntamente gerente da mesma companhia; e nesses lugares prestou serviços mui relevantes, e criou um pessoal nacional habilitado a fazer todos os trabalhos daquelas diferentes artes ali praticadas. Com esse pessoal, sob a sua direção, construiu o primeiro vapor naquelas oficinas, o excelente vapor *Pindaré*, apresentando mui notável economia, e superiores acomodações.

Apresentou publicamente um plano, e organizou uma associação para fundação de um banco hipotecário industrial. Declarou que, visando unicamente o interesse público, queria que a ideia e os estatutos por ele feitos, fossem discutidos publicamente na imprensa e na tribuna, em reuniões, por todos os cidadãos que se interessassem pelo bem do país, antes de abrir-se a inscrição e de serem aprovados pelos acionistas, que se inscreveriam só depois dessa discussão livre. Tudo deveria depois

correr como já era de costume.

Deixando a vida militar tornou-se industrial e comprou um estabelecimento, no qual montou um verdadeiro modelo de escola de educação pelo trabalho, e o denominou EDUCANDOS INDUSTRIAIS.

O seu pensamento era educar pelo próprio trabalho, a infância desvalida e pobre, repartindo o tempo dos alunos entre o trabalho, o descanso e o estudo, fundando para esse fim, desde logo e à sua custa, uma escola primária, e guardando para si a penosa tarefa de desenvolver ele próprio o espírito dos alunos por uma educação cívica, intelectual e moral, em lições e preleções que lhes fazia sobre a biografia de grandes homens, que o foram não pelas armas, mas pelo trabalho, pelo saber, pelas artes e pela indústria, desenvolvendo-lhes também a história progressiva das artes e da indústria tanto em geral como em particular.

Foi a primeira tentativa desse gênero no Brasil, e infelizmente ainda não excedida, nem igualada e nem sequer bem imitada.

A insalubridade daquele local, *Itapecuruhyba* foi causa do insucesso de tão importante estabelecimento, retirando-se ele forçosamente e seguindo para o Rio de Janeiro, tendo escapado a morte, depois de um ano de paralisia e grandes sofrimentos pelo *Beriberi*, moléstia mortal que, nessa época, ainda desconhecida pelos médicos do lugar e do país, principiava a invadir e mui fortemente aquela província, matando quase todos que então a tiveram.

Foi sócio instalador do *Instituto dos Engenheiros, hoje Instituto Politécnico Brasileiro; do Instituto Literário Maranhense e da Sociedade Manumissora 28 de Julho*, instalada em 1868 pelo humanitário

médico Dr. Tolentino Machado, grande e principalmente auxiliado por ele e por alguns outros ilustres e distintos maranhenses.

Todas essas coisas acham-se referidas no importante *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* pelo Dr. Cesar Augusto Marques, editado nessa província em 1870, na tipografia de José Maria Correia de Frias (Typ. do Frias) à Rua da Palma, nº 7.

Chegando ao Rio de Janeiro em 1870, trazendo consigo a ideia de levantar um partido republicano, como falara muitas vezes no Maranhão sem achar eco nem ser compreendido senão por seu pai e pelo jovem Ennes de Souza, hoje doutor e lente catedrático e mui distinto da Escola Politécnica e notável diretor da casa da moeda do Rio de Janeiro; de acordo com o seu irmão, o Dr. Luiz Vieira Ferreira, então capitão do estado maior da 1ª classe do Exército e que tinha feito com brilhantismo a campanha do Paraguai se achava bem empregado e com mui grande conceito; mais um pequeníssimo grupo, fundaram o *Clube Republicano*, primeiro que para o dito fim e sob essa denominação e princípios foi eriado no Brasil, a núcleo de onde partiu a transformação rápida e operada no país, e que gerou e produziu o grande Quinze de Novembro de 1889.

Por votação do partido nascente foi eleito um dos cinco primeiros redatores da folha *A República*, na qual não só escreveu muito de lavra própria com extrema energia, zelo e dedicação, como publicou traduções de notáveis obras de Ed. Laboulaye, J. Simon, J. Favre, etc.

Por eleição do partido foi presidente do 5º distrito republicano, tendo por secretário o falecido médico Dr. Luiz d'Oliveira Bueno.

Exerceu, na antiga província do Rio de Janeiro, o lugar engenheiro-chefe dos trabalhos de exploração e depois o de chefe de distrito; e nessa província, sem prejuízo do seu trabalho profissional, com os seus próprios recursos e incansável esforço, promoveu o estabelecimento de escolas e colégios, e impulsionou as classes pobres a quererem dar instrução a seus filhos.

Em 1873 fundou na corte a *Escola do Povo*, juntamente com os drs.: F. Rangel Pestana, H. Limpo de Abreu, e José de Napoles Telles de Menezes. Ali se encarregou da cadeira de história sagrada e da de economia política, suprindo além disso qualquer falta que ocorria no corpo docente.

Além do notável discurso de abertura por ele feito e proferido, encarregou-se de uma série de conferências que publicou por extenso na *A República*, e muito aplaudidas tanto quando foram pronunciadas como quando saíram na folha e em folhetos, e que depois de assim impressas formaram um grosso volume. Nelas advogou a necessidade de criar trabalho para as mulheres, e de torná-las capazes de subsistir honestamente *sem precisar herdar nem casar*, como era até então o caso no Brasil. Pugnou muito pela necessidade de instrução pública em geral, e particularmente pela educação e instrução do sexo feminino e pela do ensino dos dois sexos em comum. Tratou largamente de literatura científica, como depois tem escrito sobre muitos outros assuntos literários.

Essa escola modelo e gratuita, e principalmente as suas conferências, fizeram com que muitas outras igualmente gratuitas começassem a existir sob o mesmo programa; muitos compêndios e obras didáticas fossem escritos e publicados; que então no Colégio de D. Pedro II, atualmente *Ginásio*

Nacional e nas escolas primárias do governo se fizesse em comum o estudo entre os dois sexos, e que o sexo feminino começasse a frequentar as escolas superiores de medicina e de direito onde muitos alunos já tem alcançado o grau científico de doutor em medicina e bacharel em direito; e achando-se já hoje exercendo vantajosamente essas profissões.

D. Pedro II, hoje D. Pedro de Alcântara, que sempre amou e protegeu a causa da instrução pública, no seu bom senso e patriotismo não hesitou em tomar por suas essas ideias, embora não o proclamando assim. Não só não hostilizou diretamente a *Escola do Povo* que tanto enobreceu o partido republicano, como lhe adotou a ideias, desempenho-as em parte e como pode, e em grande escala. Para contrabalançá-la ou mesmo abafá-la estabeleceu na *Escola da Glória*, importante edifício em que funcionava uma das escolas primárias do Estado, uma série de conferências hebdomadárias por ele presididas regularmente aos domingos, das 11 horas da manhã em diante, e feita pelos homens mais ilustrados e mais altamente colocados do país; promoveu também donativos e formou associações entre os ricos e cortesões para estabelecer escolas primárias, casas de educação e colégios, como era do programa da *Escola do Povo*.

Prestou o Sr. D. Pedro II um relevantíssimo serviço ao país nessa ocasião por esse motivo; a história lhe fará justiça.

O Dr. Miguel já havia feito anteriormente nos teatros conferências republicanas juntamente com Quintino Bocayuva e outros notáveis republicanos, salientando-se, como em todos os seus escritos e palavras, pela energia da frase, pela polidez a correção do estilo; destruindo os princípios errôneos da monarquia por uma argumentação lógica e

cerrada, mas nunca empregando ataques pessoais. Suas conferências foram publicadas nas folhas.

Na *A República* pleiteou extensamente a causa da libertação dos escravos, querendo a verdadeira *remissão dos cativos*, e continuando a grande obra na qual já se empenhara no Maranhão, não só cooperando diretamente por si para a libertação de muitos escravos como também pela *Sociedade 28 de Julho* supra mencionada. Vinte e oito de Julho é a data da Independência do Maranhão.

Pela profunda ideia e sentimento de justiça que sempre o tem dominado, respeitando o direito de propriedade reconhecido por lei, que deve sempre ser respeitada, enquanto não for derogada pelo poder competente, quando reputada e reconhecida menos justa; sob sua responsabilidade e assinatura pessoal, publicou uma série de artigos apresentando a ideia que tinha, não de acordo com os outros redatores, sobre a obra de libertação, porque seus companheiros a queriam por um golpe de Estado sem indenização ou mesmo por uma revolta dos escravos.

Se, as suas ideias, lúcida e logicamente expostas, tivessem sido aceitas, a libertação teria sido feita muito mais cedo do que foi, e sem abalo, no país.

Queria ele que a libertação se fizesse de uma vez e incondicionalmente por grandes capitais suficientes, levantados no país e no estrangeiro sob garantia de juros do governo brasileiro um prêmio dado como estímulo aos que levantassem e incorporassem companhias ou bancos libertadores que emancipassem logo e de vez os escravos na sua totalidade, ficando estes já homens livres, meros devedores da respectiva quantia pagável por mensalidades pequenas para amortização do capital e um juro módico e razoável, até real embolso. O governo

deveria prontamente fazer algumas leis sábias e rigorosamente executadas para garantia tanto dos prestamistas como dos mutuários. Os escravos passariam de chofre a cidadãos livres, como passaram efetivamente a *Treze de Maio de 1888*, mas a obra se teria feito sem perturbação, e sem desequilíbrio social. Só lhes restaria em seguida pagar nobremente com o seu trabalho a dívida contraída para o seu resgate ou libertação. Não ficariam devendo favor algum, não causariam prejuízo a outrem, nem incorreriam em ociosidade: ficariam enobrecidos pagando o seu resgate e adquiririam hábitos de trabalho. Não seriam aviltados e aprenderiam o respeito devido à propriedade legal.

No Brasil essa grandiosa, justa e filantrópica ideia passou quase que despercebida por causa do grande atraso moral do país; mas ainda hoje pode ser utilizada e dar seus frutos benéficos a favor dos países que possuem escravos. Os filantropos e patriotas devem meditá-la e executá-la a bem da humanidade e da justiça. Não é lícito garantir o direito de um, espoliando o direito de outro. Os senhores de então não tinham sido os escravizadores e nem sempre possuíram escravos por herança. As ideias do Dr. Miguel eram as únicas que apresentavam a solução do problema de conformidade com a justiça, pelo caminho mais curto, propício e reto.

Pode-se morrer pelo bom, mas é difícil dar a vida pelo justo; por isso é que não tiveram plena aceitação.

É desnecessário acrescentar que uma vez feita abolição, em 1888, por um golpe de Estado, como foi, era-lhe impossível aplaudir a ideia já então injusta e iníqua da indenização. O projeto, que o povo no seu bom senso apelidou *Bedengó*, era em verdade revoltante.

Nos seus escritos sobre economia política, em que se occupou largamente de crédito e bancos, censurou o erro de Maltrus sobre o meio que aconselhou para evitar a miséria opondo-se artificialmente ao aumento da população. Partindo do princípio por ele Dr. Miguel formulado que - O mundo é grande e tem lugar para todos -, e entendendo que o patriotismo não está em agarrar-se a um pedaço de terra, embora reduzida à miséria, o Dr. Miguel aventou a opinião que os governos de países ricos em território e pobres em população deviam chamá-la com instância dos lugares em que é superabundante; e que pelo contrário os governos de países populosos e sem território, onde por conseguinte reina a miséria, deveriam facilitar e até promover a saída dos súditos pra esses países ricos em que fosse aderir bem estar para si e para os seus e de onde poderiam ser úteis à pátria pelo comércio e por muitos outros modos. Para o Dr. Miguel a filantropia, a caridade e a sabedoria seria proceder por esta forma.

Quanto à naturalização desejou-a sempre franca. Seja bem-vindo todo o que quiser abraçar a nossa nacionalidade, mas não a adote constrangido de modo algum. Também entende que o nacional, desde que declara pela imprensa ou de modo a fazer fé, ter deixado a sua nacionalidade, não precisa adotar nacionalidade estranha para abandonar a que tinha. Agora pela Constituição republicana promulgada no corrente ano pelo Congresso, este pensamento acha-se lançado em germe, porque está declarado que perderá a nacionalidade de cidadão brasileiro todos quantos aceitarem títulos de nobreza estrangeira (a nobreza oficial brasileira ficou extinta). A perda da nacionalidade brasileira já não importa em aceitar a de outro país; importa em dizer: *Não sois brasileiro*. Não há direito de

obrigar a tomar outra nacionalidade, como não se pode forçar a conservar a que se tem. Segundo o Dr. Miguel, declarar o cidadão que livremente deixa a nacionalidade que tinha, deve ser suficiente.

II

A sua educação esmerada e o seu caráter comprovados pelos fatos que passamos agora a expor em resumo, o prepararam não só para o que fica narrado até aqui, como principalmente para o que se vai ler na parte final deste esboço biográfico.

Seu pai era um homem de grande inteligência, muita força de vontade, de um coração magnânimo e cheio de patriotismo. Muito moço ainda no Maranhão, batera-se pela independência do Brasil, e até morrer foi sempre o mesmo homem empenhado no progresso da sua pátria. Embora lutando sempre com os preconceitos e atraso do país e do lugar em que viviam e mesmo contra a reprovação e motejo dos amigos mais íntimos e até dos parentes mais chegados, dava a seus filhos uma educação literária, mas ao mesmo tempo varonil.

Desde pequeno o Dr. Miguel e seus irmãos, entre outros exercícios, aprenderam a atirar ao alvo; e alcançou boa pontaria.

Um dia fora com seu pai ao campo, morando eles então nesse interior do país onde se encontram léguas incultas e matas virgens sem habitação. Lá achava-se trabalhando um escravo que atacou de palavras a seu pai, porque este, querendo introduzir na província a cultura pelo arado, o mandara destocar uma certa área de terreno. Naquela província todos ainda classificavam de estultícia e loucura o querer empregar processo de lavoura diferente do rotineiro, e o próprio escravo se achava humilhado por estar fazendo semelhante serviço. Reagiu em palavras contra seu pai e depois ameaçou de matá-lo com a foice que tinha.

O respeitável ancião respondeu-lhe sempre com

calma, reflexão e bondade.

Entre eles três mediavam talvez uns quinze passos achando-se cada um num dos vértices de um triângulo equilátero; e o menino estava recostado ao tronco de uma árvore, tendo na mão a sua pequena espingarda. Tinha cerca de dez anos de idade a esse tempo, e não o meteram em conta naquela cena. Conservou-se mudo; e até pouco antes do falecimento de seu pai, ele nunca referiu o que se passara dentro de si.

O homem de que se trata era um preto escravo e forte chamado Anastácio, mal encarado e que se tornou furioso e ameaçador. Quando o menino viu seu pai ameaçado de morte, levantou-se no seu interior uma tremenda luta. Não há palavras que a possam traduzir: de um lado ia ver assassinar seu pai, que se achava desarmado e indefeso e do outro para livrá-lo seria preciso tornar-se ele assassino; gritar socorro seria em vão, - ninguém o ouviria.

Esta horrorosa e rápida luta travou-se no seu espírito, e o seu coração pulsava numa agitação descomunal. Tomou de pronto uma resolução heróica; disse dentro de si mesmo: “Não matarás a meu pai! se deres para ele um só passo, cairás morto!” Mas Deus veio em seu socorro: não foi precipitado, esperou calmo pelos acontecimentos. As simples ameaças não o perturbaram. Seu pai era homem corajoso e prudente, não se manifestara amedrontado, nem impressionado, respondendo sempre com palavras brandas, explicativas, lúcidas e sensatas; e assim a tempestade foi conjurada.

Homem caridoso, sempre tratou os seus escravos como filhos ou membros da família, coisa excepcional naqueles tempos e mesmo até ao *Treze de Maio de 1888*, quando foi dado o grande golpe libertador. À noite já em casa chamou o escravo em presença

da família, e deu-lhe *escrito de venda*, dizendo-lhe: “Não estás satisfeito aqui em nossa casa; toma esta licença para procurares senhor que prefiras e desde já ficas dispensado de todo serviço até que o aches”.

Deus permitiu ainda que desde a infância pudesse o Dr. Miguel apreciar toda a grandeza e nobreza do coração paterno. Não teve de presenciar horrores, cenas da escravidão que se multiplicavam por todo Brasil. Não se lhe apresentou um ente humano com as carnes retalhadas e atassalhadas por uma surra mortal; pelo contrário, mais uma vez encheu-se de profundo respeito em presença de seu pai generoso cujo caráter nunca fora desmentido e cujo procedimento admirado pela manhã no deserto na ocasião do perigo, mais realçava naquela hora no seio da família pela clemência e magnanimidade. Verdadeiro exemplo edificante!...

O pai referira em casa o que se passara pela manhã. Todos os souberam, menos quanto a parte relativa ao menino que timidamente guardou consigo esse segredo, e que nem sabia bem como qualificar a sua resolução.

O nobre pai não humilhou o escravo, nem sequer com impropérios ou palavras; não o castigou, procurou evitar-lhe criminalidade e removeu o perigo e nada mais. Meteu em conta a brutalidade e ignorância daquele homem, e a dureza da escravidão, fez ainda benefício ao escravo pondo-o em liberdade para escolher outro senhor. E o maior dos benefícios fez aos seus próprios filhos tornando-os testemunhas desse ato de extrema virtude.

Outro fato notável de sua primeira idade e uma prova irrecusável de ter sido herdeiro do caráter de um pai tão nobre, é o seguinte, entre muitos outros:

Quando estudante de preparatórios no Liceu,

seus professores muito o distinguiram pelo procedimento sisudo e grave, pela aplicação e aproveitamento, e o desembargador D. Francisco Balthazar da Silveira, depois membro do Conselho Supremo, e então inspetor da instrução pública do Maranhão, homem ilustrado e que sempre se esforçou pelo progresso da instrução, assistia frequentemente as aulas. Quase sempre aquele menino era chamado à lição pelos professores em presença do inspetor; mas se aqueles não o chamavam, este o fazia de própria conta. D. Francisco o conhecia, pois, muito bem, o distinguia muito entre seus colegas, e o estimava de um modo manifesto. Uma noite o Dr. Perdigão, notável educador, caráter respeitabilíssimo, que por longos anos prestou relevantíssimos serviços ao Maranhão pelo seu colégio estabelecido na capital, saindo da Igreja dos Remédios com a sua família e seus discípulos, um grupo de meninos mal educados do Liceu atacou os colegiais, e enquanto lutavam e se esbordoavam, um tresloucado jogou a palha de uma réstia de cebola no rosto do Dr. Perdigão, e insultou sua família.

No dia seguinte reuniu-se a congregação do Liceu para expulsar ou punir aquele que assim procedera. O Dr. Perdigão se queixara dizendo que um sobrinho do desembargador Joaquim Vieira da Silva e Souza (depois senador do Império, membro do supremo tribunal e pai do senador Luiz Antonio Vieira da Silva, falecido em 1889 com o título de Visconde Vieira da Silva) lhe fizera aquela afronta. O jovem estudante, hoje Dr. Miguel, estava junto à grade da secretaria, no grande salão cheio de estudantes. D. Francisco não conhecia outro aluno sobrinho de Joaquim Vieira, e por isso irrefletidamente chamou-o e em presença da congregação e de todo o corpo escolar, disse-lhe: “Não posso

acreditar no conteúdo daquela carta de queixa, mas não havendo no estabelecimento outro sobrinho do desembargador Joaquim Vieira, e sendo a parte dada pelo Dr. Perdigão, com extremo pesar o chamei a este lugar, embora não o julgando capaz de semelhante desacato.”

Com os olhos rasos de lágrimas e o rosto em fogo de vergonha, vermelho e quente, aquela criança não acusou o autor do delito e que também estava presente no recinto; disse apenas: “Honra-me esse conceito que V. Exa. de mim forma, e de que sou merecedor; eu não fiz isso de que me acusam, seria incapaz de o fazer.” O culpado nem assim se denunciou.

Dias depois, D. Francisco pode julgar da inocência, porque o Dr. Perdigão foi chamado para examiná-lo entre outros, e disse publicamente a seu respeito depois do exame. “Não conheço este menino, é a primeira vez que o vejo; mas sinto que o regulamento não confira prêmios, porque em verdade ele bem merece”.

Desde os seus verdes anos teve sempre no coração pensamentos justos e sentimentos nobres que o levaram à carreira que tem feito. Pensava ele desde sua primeira idade: “Devo estudar bem todos os meus preparatórios, como se houvesse de os ensinar, pois que me podem faltar os recursos, e recorrendo ao ensino formar-me-ei pelo meu trabalho. Na academia em que me matricular hei de obter o maior grau. Hei de ocupar-me no magistério porque este é o melhor meio de ser útil ao meu semelhante. Pelo meu estudo, instrução e conduta social hei de impor-me ao respeito e estima de meus concidadãos, fazer grande bem ao meu semelhante e á minha pátria, de modo que reflita sobre meus pais uma aureola de luz que os torne felizes, que

os enobreça ainda mais e glorifique, tornando-me também eu digno de meus antepassados.”

Apenas terminado seu primeiro ano acadêmico, principiou a ensinar gratuitamente com o fim de praticar e adquirir conceito; depois explicou remuneradamente, tendo suas portas sempre abertas gratuitamente a todos quantos precisavam; e formou classes numerosas chegando a não ter competidores pela sua clareza, método, zelo e dedicação; não temia nem receava concorrência alguma.

Desde o princípio do seu 3º ano dispensou todo e qualquer auxílio pecuniário de sua família, e adquiriu a desejada independência, embora se conservasse sempre na maior obediência e respeito a seus pais até a morte destes, tendo ele já cerca de quarenta anos. Bastava a si próprio. Concluiu seus estudos até ao doutoramento sempre mantido pelo seu trabalho, e do 4º ano em diante auxiliou a formação de vários contemporâneos e de seu irmão mais moço. Seus numerosos discípulos acham-se colocados em grande parte em altas posições no Exército, na Armada, na Política, etc., e todos o tratam com profunda estima e veneração.

Seguindo os conselhos de seu pai, soube por tal forma escolher seus amigos entre seus colegas, que acham-se todos eles nas primeiras posições.

Como alferes aluno, achando-se destacado em Santa Cruz, fortaleza na barra do Rio de Janeiro em frente ao célebre monte denominado: Pão de Açúcar, salientou-se por mais de um fato digno de atenção.

Sendo muito zeloso e cumpridor de seus deveres, e rigoroso em todo o serviço militar, estando de ronda achou-se de repente muito incomodado e tendo involuntariamente adormecido, depois de ter

vomitado muito, só acordou ao toque da alvorada. Todos os comandantes de guardas desejando não comprometê-lo, combinaram entre si e fizeram as partes declarando que rondaram as horas convenientes e por eles fixadas. Ao receber essas partes o jovem oficial devolveu-as declarando que ficaria preso aquele que faltasse à verdade; que no seu serviço queria tudo correto. Não tinha rondado; eles assim o declarassem sob pena de prisão. Este procedimento desusado causou verdadeiro espanto. Soube se haver ele declarado, sem atenuante alguma que faltara às rondas, e por essa forma ao cumprimento de seu dever. Todos esperavam que fosse preso. Outro comandante o prenderia com a agravante de declarar a falta sem procurar justificá-la; mas o nobre general Lopo compreendeu a correção e a grandeza daquela ação; não o prendeu, nem repreendeu, e nunca lhe falou em tal; mas começou a tratá-lo com profundo respeito, estima e consideração, e muitas vezes a chamá-lo filho em suas conversações.

O célebre engenheiro e mui notável professor da Escola Politécnica, Dr. André Rebouças, então alferes-aluno e testemunha do fato, o proclamou por toda a parte, não só no Rio de Janeiro, como no Maranhão quando lá esteve passados alguns anos.

Ainda em Santa Cruz estando no estado maior conversando com alguns oficiais e entre eles o que se achava de serviço, chamaram às armas na *Casa Forte*, prisão em que se achavam cerca de oitenta facínoras condenados a galés e à morte, e onde se travara uma luta e já havia ferimentos

O oficial de Estado ficou perplexo, e o Dr. Miguel tomou a sua espada e correndo àquela prisão, formou a guarda e entrou resolutamente com a espada nua e clamando: “Quem não quiser morrer

entre em forma! Os presos surpreendidos com aquele proceder de um tão jovem official, ainda imberbe, restabeleceram prontamente a ordem e entraram em forma declarando em seguida onde estavam as armas proibidas e o meio pelo qual ali tinham entrado. Levados ao general Lopo, que pensou estar falando ao official de serviço, e cumpridas as suas ordens, o Dr. Miguel voltou ao estado maior, entregou a espada ao seu colega cuja falta por esse meio ficou encoberta.

Por este e muitos outros fatos sempre gozou de grande conceito e muita estima de seus colegas e camaradas, causas que até hoje conserva apesar de se ter há longos anos retirado da classe militar.

Os fatos que demonstram a elevação de tão excepcional carácter pululam desde a sua infância, na casa paterna, no Liceu do Maranhão onde estudou os seus preparatórios, na Escola superior de matemática onde adquiriu as suas cartas de bacharel e de doutor, e no exército onde por seus estudos, conseguiu ser official do corpo de engenheiros, ao qual não podiam pertencer senão aqueles que obtinham aprovações todas plenas.

Citaremos apenas os seguintes fatos: Depois de haver servido mais de um ano com o general conselheiro Antonio Manuel de Mello, no Observatório Astronômico, disse-lhe este um dia: “O senhor é filho do Maranhão? Não sabe que sou e sempre fui muito amigo de seu pai? E como até agora nada disse?”

- Sei que meu pai foi sempre muito amigo de V. Exa, disse ele; que V. Exa é homem justo e que por isso mesmo nunca me faria injustiças, e eu queria ter o prazer de valer também por mim mesmo alguma coisa.”

Dessa data em diante o conselheiro Mello

franqueou-lhe sua casa, deu-lhe entrada no seio de sua família e depositou nele em tudo uma plena confiança.

Quando em seguida o conselheiro Mello foi pela segunda vez ministro da guerra fez várias nomeações por simples informação ou pedido do jovem oficial. Foi por meio do Dr. Miguel que o dito conselheiro, ministro da guerra, nomeou para o Imperial Observatório Astronômico o Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, então alferes do estado maior de 1ª classe, e ultimamente falecido como fundador e ministro da República dos Estados Unidos do Brasil. Foi o primeiro emprego público alcançado pelo Dr. Benjamin Constant.

Tendo o Dr. Miguel adoecido gravemente de uma pneumonia, e, achando-o quase sem cura, os médicos determinaram que saísse imediatamente do Rio de Janeiro, sob pena de não haver mais recurso.

Resolveu nesse caso ir tratar-se ou morrer em Maranhão no seio de sua família, e dirigiu-se ao ministro, o dito general Mello pedindo-lhe licença para essa viagem. Grande foi a sua admiração quando o ministro lhe a negou. Pediu-lhe que então o demitisse do posto que tinha no Exército, e o ministro disse-lhe: “Enquanto eu for ministro da guerra o corpo de engenheiros e o Exército brasileiro não serão privados de um oficial como o senhor. No meu ministério o senhor jamais terá demissão.”

- Mas, Sr. ministro, o meu estado de saúde é grave, V. Exa. bem o vê. “Vejo! E é por isso mesmo que lhe nego a licença; para obtê-la legalmente seria preciso delongas para satisfazer aos trâmites da lei, e o caso urge; além disso o senhor teria de fazer despesas. Demissão também não lhe dou, pelas razões que já lhe disse; mas apareça-me amanhã às 11 horas na secretaria da guerra, porque

achará tudo pronto para ir empregado como engenheiro daquela província; irá ganhando; tendo as passagens, e podendo seguir já depois de amanhã.”

E assim se cumpriu.

Logo após o grau de bacharel, quando não tinha ideia alguma política, e todo se entregava exclusivamente ao estudo científico, indo ao Paço levar ao Imperador o seu livro *Ensaio sobre a filosofia natural*, este recebeu-o mui afavelmente dizendo: “Já li o seu trabalho e desejava muito que me aparescesse para discuti-lo, e apresentar-lhe algumas objecções.”

O Dr. Miguel considerando-o não como Imperador, mas como sábio, lhe respondeu: “Se Vossa Majestade me fizer a honra de discutir o meu trabalho e de apresentar-lhe objecções, responder-lhe-ei não com sabedoria, mas com as forças com que o escrevi.”

Depois de uma longa conversação em audiência pública e em voz alta, o Imperador terminou fazendo-lhe muitos elogios exortando-o pelo seguinte modo: “continue a estudar e a esforçar-se; o senhor é um moço de talento de quem o país tem muito a esperar; a pátria necessita de homens como o senhor.”

Os titulares e grandes que se achavam presentes e tinham olhado com indiferença para um segundo tenente quase imberbe, abriram-lhe alas e cumprimentaram-no depois daquela conversação e das palavras finais do Imperador.

No dia seguinte o desembargador Furtado de Mendonça, lente catedrático da Faculdade de Direito de S. Paulo disse ao *Getulino*, isto é, ao Luiz Gama, tão célebre depois naquela província e no Brasil pela obra da emancipação: “Vi ontem falar em audiência ao Imperador um jovem oficial

de engenheiros, que não conheço, mas cujo talento, instrução e sangue frio admirei, e deixaram pasmos todos quantos ali se achavam. Por longo espaço de tempo conversou com o Imperador como de igual para igual, sem perturbar-se, respondendo sempre lúcida e vantajosamente às objeções propostas ao livro que fora apresentar-lhe.”

Sendo essencialmente democrata, jamais procurou ou obteve condecorações ou títulos de nobreza dados pelos homens, sendo aliás uma das primeiras famílias do Maranhão na qual existem e tem existido muitos titulares, e que teve sempre representação na câmara dos deputados, no senado e nos ministérios brasileiros.

Jamais quis ser lente sem concurso e nem doutor por decreto. Defendeu brilhantemente suas teses nas quais obteve aprovação plena, tendo aliás concorrido no mesmo dia com um professor da escola da Mariinha que, apesar de muito hábil, foi simplificado.

Da sua turma só uns dez se bacharelaram dentre uns trezentos que se matricularam no primeiro ano; e foi ele o único a doutorar-se. As turmas antecedentes e subsequentes mais próximas, não apresentaram doutores.

Em todo o Brasil não há mais de uma dúzia de doutores em ciências matemáticas e físicas, que o sejam por defesa de teses. Os que há fora desse pequeníssimo número o são por decreto, depois de terem alcançado o lugar de lentes catedráticos. Tem sido essa a lei.

Mesmo para concurso ou para a primeira entrada, como substituto adjunto, não se exige tese e nem se confere o grau de doutor. A sua defesa de tese não originou-se de uma necessidade regulamentar, mas de brio e civismo.

O Imperador, D. Pedro II, assistiu a essa defesa de tese feita com grande aplauso de todo o auditório, e disse ao general Antonio Manuel de Mello, então ministro da guerra, lente jubilado daquela escola e diretor do observatório astronômico: “Vim assistir a esta defesa de tese porque sabia que o candidato sair-se-ia bem; mas realmente nunca vi quem fosse dotado de tanta presença de espírito e sangue frio.”

Jamais quis ser nomeado lente sem concurso, como já dissemos. Duas vezes foi convidado para o magistério superior da Escola Politécnica, e de ambos rejeitou o convite.

Inscrevera-se logo no fim de seus estudos para um concurso na Escola da Marinha onde explicava matemáticas superiores. Não o deixaram concorrer!... A Escola da Marinha, disse ele, friamente, perdeu muito mais do que eu...

Inscreveu-se, já depois de formado, em 1862, num concurso aberto em sua ausência enquanto esteve no norte, na comissão do Peru, e que ia encerrar-se dias depois de sua chegada à corte. O ministro mandou suspender a inscrição e nomeou pessoas não inscritas, excluindo-o.

Nessa ocasião foi ele ao Imperador pedir-lhe que mandasse tornar efetivo o concurso aberto e no qual se inscrevera, dizendo-lhe: “Senhor! eu não quero ser nomeado lente sem concurso, como jamais aceitarei um grau de doutor por decreto. Me envergonharia de mim mesmo se tal fizesse. Desejo ver sustentada a minha inscrição, o meu direito; quero provar a minha competência e conquistar um lugar no magistério e o título científico de doutor. Não sou atendido, não tenho forças para fazer abrir um concurso ou impedir que se feche o que já tinha sido aberto em que se inutilizou a minha inscrição,

e tudo por não quererem inutilizar pelas provas as nulidades, e porque não quero recorrer a empenhos nem patronatos mesmo para esse fim, ou qualquer outro fim justo, porque não sei *dobrar a cerviz* e andar direito por linhas tortas. Recorro à vossa majestade pedindo justiça e providências em favor do bem público.”

O Imperador ouviu tudo, olhando verdadeiramente surpreendido para aquele tão jovem segundo tenente que lhe falava por essa forma, com bonomia e sinal de aprovação, disse-lhe que fosse descansado porque ele ia *ver e providenciar*: e até hoje!...

Caiu o trono a 15 de novembro de 1889, mas nenhuma providência foi tomada e continua sempre o mesmo sistema.

De 1864 em diante nunca mais o Dr. Miguel foi ao Paço e nem mesmo encontrou-se com o Imperador em lugar algum. Em 1868, começou o Dr. Miguel pela primeira vez a envolver-se em política pelo grande desastre do partido liberal, e em 1870, de volta ao Rio de Janeiro, pugnou sempre pelas ideias republicanas, como tudo já ficou dito. Trouxe no coração a ideia republicana, plantou-a, sustentou-a, e o país colheu os frutos.

Quando estudante do Liceu seu pai desejou que fosse às tardes, durante uma ou duas horas, trabalhar numa oficina de marcenaria, numa sala contígua a rua. Por esse modo queria impulsionar as artes e honrar o trabalho pelo exemplo.

Era grande a pressão e o sarcasmo lançado sobre o seu pai por causa do adiantamento e independência das suas ideias, incontestavelmente muito superiores às do país e com especialidade muito acima do atraso do Maranhão.

Refletindo na crítica, censura e menosprezo

que adviriam a seu pai, lançados até e principalmente pela própria família materna que se reputaria desonrada, o menino recusou sempre aceder, alegando fazer-lhe falta aos estudos esse tempo que iria distrair com outra ordem de trabalhos. Nunca revelou a seu pai o motivo generoso que o impedia de aceder ao seu desejo; e como criança que era não alcançou todo o valor de tão grandiosa proposta.

Quando formado tornou-se muito amigo do respeitável ancião em cuja oficina seu pai tinha querido que aprendesse para honrar o trabalho. Era um marceneiro que se fizera pelo seu trabalho e talento e que adquirira estima pública, posição social e meios de vida.

Frequentemente ia à sua casa ou à loja conversar sobre artes e indústria.

Um dia estranhou o fechamento encontrado no ancião; mas não se retirou sem ventilar a causa. Este lhe disse ter acabado de sofrer uma violência, uma vergonha sem igual, porquanto até aquela idade nunca pairara uma só dúvida sobre o seu carácter e nem tinha havido uma ação policial ou judiciária sobre a sua casa, pessoa ou família; mas que, havendo-se feito um testamento falso, e já se achando presos os indigitados criminosos, só faltava prenderem-lhe o genro, e que a polícia lhe saíra de casa naquele momento, depois de acabar a busca a que procedera. Disse que o seu genro ainda não estava preso, mas que infalivelmente o havia de ser.

O velho estava profundamente comovido e com os olhos rasos de lágrimas, chorando sobre a desonra de sua família e o desgosto de sua filha. O Dr. Miguel disse-lhe: Se confia em mim em absoluto, eu farei com que o seu genro se livre solto; a polícia nunca o prenderá. Mande-o embarcado com pessoa de confiança, às 2 horas da noite, a tal ponto

do mar, como a uma pescaria, e ordene-lhe que me obedeça cegamente em tudo. De agora em diante ele chamar-se-á *João*.

À hora conveniente o Dr. Miguel dirigiu-se à beira-mar ele só e tratou viagem com um catraieiro. Às 2 oras da madrugada estavam os dois barcos no ponto fixado do mar, e passando pela canoa do *João*, mandou que o companheiro chegasse à fala para saber se havia peixe.

Estando já perto disse: Ah! és tu *João*? Já pegaste muito peixe? É melhor que passes para o meu barco, e podes mandar o teu embora, vamos antes a uma caçada.

Assim se fez, e aí o portador de *João*, perdeu-lhe a pista e o Dr. Miguel não conhecia nem a este nem ao *João*.

Ordenou o Dr. Miguel que os pusesse numa praia deserta e longínqua, como se fossem realmente à uma caçada; ali pagou o catraieiro que mandou embora, e os dois seguiram por caminhos desertos através de matas fechadas e escuras. Depois de andarem cerca de duas léguas chegaram a sua casa em Itapecuruahyba.

O Dr. Miguel disse-lhe em caminho: “Nunca se esconda, fale sempre naturalmente aos da casa e os de fora” e apresentou-o à família e a todos que lá iam como sendo um seu amigo *João* que ali se achava tomando ares.

Em vão procurou-o a polícia. Correu moroso o processo, e afinal o júri os absolveu unanimemente; mas houve apelação. Todos continuaram presos, mas o *João* sempre solto.

Houve segundo júri. O Dr. Miguel foi sorteado para o conselho dos doze. Pediu dispensa: negaram-lha. Deu-se por suspeito, mas não lhe aceitaram a

suspeição. Fez todo o possível para não ser juiz de Fato, mas foram baldados os seus esforços.

O velho exultou de contente quando o viu feito juiz naquela causa; esperou que a amizade prevalesse sobre a justiça. Nomeado presidente do conselho dos doze, disse aos onze: “A lei manda que se faça a votação por escrutínio secreto, mas é para garantir a liberdade aos fracos. Para minha consciência os acusados são todos réus do delito do que os acusam, e não se devem deixar impunes aqueles que fabricam testamentos falsos; os falsários ameaçam seriamente a sociedade, e merecem ser castigados. Eu voto a descoberto e contra todos eles, e farei mesmo saber a todos qual foi o meu voto. No júri passado foram unanimemente absolvidos, mas neste hão de ter contra si pelo menos o meu voto, apesar de que tenho tido relações e simpatia por alguns deles porque sempre os tinha reputados homens de bem.”

Houve cinco votos contra e sete a favor. Foram absolvidos e postos imediatamente em liberdade. O advogado era homem de alta posição, muito considerado e respeitado no Maranhão, seu parente próximo e amigo. Quando o Dr. Miguel passou por ele, que ia cercado pelos seus clientes absolvidos, o advogado deu-lhe a mão a apertar e os clientes iam fazendo menção de agradecimento, quando o Dr. Miguel disse ao advogado: “Meus parabéns pela sua brilhante defesa e feliz resultado; mas nada tem a agradecer-me.” Voltando-se para os réus absolvidos: Nada tem a agradecer-me. Pelo meu voto os srs. estariam todos na cadeia pelo tempo marcado na lei, porque em minha consciência os srs. não são inocentes.”

Todos ficaram pasmos e silenciosos, e o fato correu logo de boca em boca por toda a capital e província.

Saindo dali foi à casa do velho, que o recebeu de braços abertos e cheio de reconhecimento, e lhe disse: “Meu amigo, sinto profundamente não ter podido com o meu voto absolver seu genro. Como amigo fiz tudo por ele; a polícia não o descobriu, não foi preso, expus-me a mim mesmo por ele, mas a justiça é cega e como juiz o caso era muito diferente. Empreguei todos os esforços para não ter de julgá-lo, mas não me aceitaram as dispensas pedidas: como juiz eu tinha de seguir a minha consciência, e eu não os tenho por inocentes.”

O velho ficou muito triste e também o genro, que dessa data em diante voltou ao nome antigo; mas, passada aquela primeira impressão desagradável, tanto o *João* como o seu respeitável sogro não só foram sempre muito amigos do Dr. Miguel como o respeitaram ainda mais profundamente. Esse respeito era geral, e espalhou-se ainda mais por toda a província por aquele fato.

III

Passemos agora à parte mais importante e grandiosa de sua vida.

Aos 22 de fevereiro de 1874, depois de um fato extraordinário ocorrido com ele no templo presbiteriano, que já frequentava havia meses, desde 1873, à Travessa da Barreira, antigo nº 11 e depois nº 15, o Dr. Miguel, convertido ao Senhor Jesus, abraçou o presbiterianismo, e tornou-se pregador e propagandista do Evangelho, e Presbítero naquela igreja.

O dia 22 de fevereiro de 1874 foi o do seu segundo nascimento, e o princípio da parte mais grandiosa e imortal de sua vida neste globo terráqueo, e sobre a qual só muito de leve poderemos dizer algumas palavras.

A história da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo a seu tempo dirá tudo quanto não é possível ou permitido dizer agora sobre esse fato certamente um dos mais estupendos e maravilhosos de todos quantos tem surpreendido a humanidade.

Da sua conversão e do fato extraordinário ocorrido com ele no citado templo, em virtude do qual operou-se a transformação de sua reconhecida, sincera e extraordinária incredulidade para a crença e a consagração do trabalho do Senhor, tratou perfunctoriamente o *Foreign Missionary* de julho de 1874, publicando uma carta do rev. A.L.Blackford (Alexander Latimer Blackford), ministro presbiteriano e pregador naquele dia, data da do Rio de Janeiro a 24 de abril de 1874; e por ser fato tão notável, foi novamente impressa em 1876 na obra "*Centenary Memorial of the planting and growth of Presbyterianism in Western Pennsylvania and parts adjacent. - Held in Pittsburgh December*

7-9-1875. *Appendixes to religions history*. Appendix B: "GOD'S POWER UPON THE SOUL" (1).

Daquela data em diante, 22 de fevereiro de 1874, abriu mão de tudo e começou a pregar o Evangelho não só na antiga corte como pelo interior do município neutro e das províncias de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e fez várias traduções de obras religiosas que tem sido publicadas quase todas sem o seu nome.

Nunca mais exerceu emprego remunerado; consagrou-se em verdade à propagação do evangelho, e rejeitou não só o convite para professor da Escola Politécnica, como outros empregos importantes que os seus amigos lhe ofereciam.

Preferiu ter uma vida de completas privações para si e seus filhos, e dissabores mundanos, a tudo quanto o mundo lhe ofereceu, tem oferecido e lhe poderá dar.

Em 1878 levantou-se contra ele grande perseguição na igreja presbiteriana que lhe exigiu não se referisse mais em suas pregações ao grande e pasmoso fato da sua conversão, e que não continuasse a proclamar a existência de uma revelação divina atual, como tudo tinha feito até então.

Aos 11 de setembro de 1879, depois de um ano de discussão e forte pressão sobre ele exercida, e de haver o presbitério, depois de previamente consultar, por meio da missão, aos Estados Unidos da

1 - Sabemos que o Dr. Miguel escreveu detalhadamente o que se passou consigo naquele memorável dia. Só ele pode saber o que se passou interior e intimamente para a sua conversão, e sobre tão assombroso e misterioso acontecimento. Como esse escrito acha-se inédito e o pretende deixar a seus filhos ou à Igreja para o publicarem depois de sua morte, nada podemos ou devemos aqui adiantar.

América do Norte, segundo lhe disse o Pastor.

James Houston, declarado que DEUS JÁ NÃO FALA AOS HOMENS; não querendo o Dr. Miguel ser infiel a Deus, retirou-se daquela seita, deixando escritos nos seus livros dela as seguintes enérgicas e imortais palavras:

“TENHO FALADO DE DEUS DIANTE DE DEUS. SE DEUS VOS HOUVERA FALADO, HAVÍEIS DE SABER QUE EU TENHO DITO A VERDADE; MAS, COMO COM VERDADE DIZEIS QUE DEUS NUNCA VOS FALOU E QUE NÃO CREDES QUE JAMAIS VOS FALE A VÓS COMO ME TEM FALADO A MIM; EM VERDADE, EM VERDADE VOS DIGO: VÓS HAVEIS DE ME JULGAR, MAS DIANTE DE DEUS NÃO PODEIS SER MEUS JUÍZES.”

Deixou a seita e a congregação a que pertencia e fundou a *Igreja Evangélica Brasileira*, que aos 12 de setembro de 1879 foi reconhecida pelo governo, sendo ele o seu respectivo Pastor.

Deus abençoou o seu trabalho que tem manifestamente prosperado; e a sua pregação modesta e ilustrada tem se estendido.

Essa bênção de Deus levantou contra ele uma terrível perseguição promovida por invejosos de todas as congregações e seitas, assim como também a da cegueira e incredulidade.

Desde o princípio todos os cultos protestantes eram mais ou menos perseguidos no Brasil, apesar da tolerância ordenada pelo art. 5º da constituição do antigo Império; mas as pregações do Dr. Miguel, por isso mesmo que sempre foram muito claras e cheias de unção, eram extremamente concorridas, por cujo motivo incomodavam a muitos que principiaram a exacerbar o povo insuflando-o

a perseguiu-lo, de modo que eram quase sempre apedrejadas as casas da sua pregação, necessitando frequentemente da proteção das autoridades governamentais. Muitas vezes também eram estas as promotoras das perseguições, revestindo-se de um caráter particular.

Ruas inteiras da capital percorreu ele apontado com o dedo e apedrejado por uma população ignorante que o perseguiu clamando a grandes vozes: “O’ Cristo!... Olha o Cristo!...”

A perseguição subiu de ponto e afinal vieram sobre eles testemunhas falsas, injuriadores e caluniadores, usando da própria imprensa; e perante as autoridades e o governo acusando-o com falsidades e calúnias, de modo que levantaram contra ele - a imprensa, a polícia, o juiz de órfãos, o ministério da justiça e do Império, o senado e o conselho de estado.- Todos esses fatos acham-se publicados nos jornais de então, e em algum dia formarão um livro de grande importância e que demonstrará o estado de atraso do Brasil daqueles tempos.

Atualmente a verdade já vai transparecendo; suas ideias tem prevalecido e muito já fizeram para as próprias leis da república.

Essa inqualificável, incompreensível e desleal perseguição durou de maio de 1882 até novembro de 1883 (ano e meio!) terminou por um ofício abaixo transcrito, último que o Dr. Miguel dirigiu ao governo imperial, sendo então ministro do império o íntegro Rio-Grandense, conselheiro Dr. Francisco Antunes Maciel, que bem compreendendo a ideia de justiça, de liberdade e de bem público, pôs termo à questão, e nobilitou o seu honrado nome fazendo arquivar tudo, e reduzindo ao nada essa perseguição iníqua e degradantíssima para o país.

Durante essa atroz e pública perseguição, uma só voz se havia levantado em prol da justiça e da verdade procurando defender os direitos do cidadão e a justiça que fingiam desconhecer para calcarem aos pés; foi a de Miguel Lemos, chefe dos positivistas no Brasil, que em nome destes veio espontaneamente a imprensa com toda a imparcialidade sustentar a causa social atacada. Embora muito apartados em crenças, unia-os o amor a justiça; e além de tudo quanto escreveu, esse varão respeitável e ilustrado chefe positivista muitas vezes fizeram por si transcrever em outras folhas os artigos do Pastor Dr. Miguel. (dr. Miguel Vieira Ferreira).

A *Igreja Evangélica Brasileira* não fechou as suas portas e nem sofreu em seus trabalhos um só dia de interrupção.

Durante esse longo período de perseguição muito escreveu ele em defesa da liberdade, sem que jamais retribuísse um insulto ou injúria. Dizia só o bastante para sua defesa.

Depois de sua conversão havia ele continuado sempre a escrever em diferentes folhas da corte em defesa dos princípios liberais e democráticos, sobre literatura, sobre liberdade de exercício de profissões, liberdade de consciência, de religião, de cultos, sobre casamento civil, religioso, separação entre a Igreja e o Estado, etc.

Quando a 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, viu ele coroados os seus esforços. Com a República vieram aquelas reformas, e só então verdadeiramente começou a haver liberdade religiosa e de cultos no país. Nunca mais recebeu insultos do povo, nem apedrejamentos nas ruas e nas casas em que celebrava e celebra os seus cultos.

No tempo de maior perseguição, saiu ele próprio e os membros de sua Igreja para irem de porta em porta levar *impressos e folhetos* às casas, e falar à toda a criatura mostrando o erro da intolerância e da perseguição; a necessidade de exame para se poder julgar.

E tendo eles por essa forma percorrido toda a vasta capital, como ovelhas no meio de lobos, por entre insultos e perigos, acalmou os ânimos e na verdade preparou-se para receberem as grandes reformas que atualmente se acham feitas, e que certamente não teriam sido tão fácil e pacificamente realizadas se o terreno não estivesse preparado de antemão.

Depois de proclamada a República escreveu várias *Mensagens*, juntamente com seu irmão e poderosíssimo auxiliar na edificação da Igreja, o engenheiro, Dr. Luiz Vieira Ferreira, ao generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório. Sempre essas *Mensagens* foram no sentido do bem público, e algumas redigidas por ele e outras por seu irmão. Fez também muitas publicações pelas folhas diárias e em pequenos folhetos. Declarou verbalmente aos seus amigos e pela imprensa não ambicionar emprego ou posição alguma para si, mas sim reputar como seu dever aceitar um lugar como senador no congresso nacional, se o Estado do Maranhão, sua antiga província natal, lhe quisesse confiar essa honrosa missão de cooperar diretamente para a reorganização da pátria.

Tinha ele para oferecer os serviços de um republicano primitivo, honesto, firme e ilustrado.

Juntamente com o supracitado seu irmão fizeram uma convocação, que foi a primeira, da colônia maranhense residente na capital federal, efetuaram várias reuniões, tendo em vista o bem daquele Estado.

Para arredar do *Congresso* o clero romano que organizara, logo após a proclamação da república, o reacionário *Partido Católico* despeitado como ficou pela perda do privilégio de que até então gozara em haver uma religião do Estado, como havia no tempo do Império e houve na República até a promulgação do decreto de separação entre a Igreja e o Estado, a constituição republicana provisória determinou que os religiosos ficassem incompatibilizados para exercer cargos de eleição.

O Dr. Miguel publicou então na *Gazeta de Notícias* da capital federal um notável artigo mostrando quanto essa medida era anti-democrática e contrária à justiça. Declarou também que ele, como pastor da *Igreja Evangélica Brasileira* se julgava compreendido na letra daquela lei e ferido por esse artigo da nova constituição, a republicana, confeccionada pelo governo provisório, embora fosse ele o único pastor que se apresentasse concorrendo àquele cargo, e o espírito e a letra da lei não parecessem aplicáveis ao seu caso; que ele, estabelecido antagonismo entre um lugar de senador ao congresso ou qualquer outro cargo mundano por mais elevado e importante que fosse, e o seu pastorado evangélico, optaria sempre pelas suas ovelhas, porque é pastor do rebanho de nosso Senhor Jesus Cristo.

Continua a escrever e a pugnar pelo bem do país, pela liberdade, pela república federativa e democrática; mas nunca deixando de propagar com ardor, e acima de tudo a palavra de Deus, donde emanam todas as garantias e bens sociais, e que o próprio Senhor lhe confiou e encarregou que ministrasse a toda criatura.

O rebanho que o cerca reconhece nele verdadeiramente um pai, um consolador dos aflitos e atribulados, um guia para o cego, um conselheiro e um

verdadeiro amigo.

Sem ambição alguma mundana, nem amor às coisas materiais, é o protetor e o pai dos pobres e desvalidos, dos desprotegidos da fortuna e perseguidos pelos homens.

Os que o cercam tem deixado os vícios e, pelo trabalho honesto, ordem e moralidade, tem adquirido um bem estar que não possuíam e que jamais possuiriam.

Todos lhe falam cheios de respeito, mas sem medo e verdadeiramente com amor; beijam-lhe reverentemente a mão, reconhecendo nele um pai; abraçam-no muitas vezes e lhe dão com lágrimas nos olhos o ósculo santo de gratidão, amor, respeito e reconhecimento.

A história profana e a da igreja salientarão e hão de por em evidência e relevo todas estas e muitas outras importantes e grandiosas verdades, e lhe farão plena justiça. A obra que está fazendo é muito grande e resplandecerá fulgurante sobre a humanidade.

O retrato que oferecemos ao leitor foi tirado no Rio de Janeiro, numa das principais oficinas fotográficas, sita à rua Sete de Setembro n^o 76, e pertencente aos habilíssimos artistas Teixeira & Vasques, dois sócios um português e outro espanhol. Representa-o vestido de beca, e trazendo a borla e o capelo, como doutor que é em ciências matemáticas e físicas, e tal como estava vestido quando assistiu, aos 15 de dezembro de 1890 ao grau de bacharel em letras conferido pelo *Ginásio Nacional* ao seu filho Carlos Vieira Ferreira, jovem que brilhantemente segue os passos de seu pai.

Como pastor não usa distintivo algum.

Toda a sua vasta ilustração emprega-a a bem do

público e dos seus adeptos; e rejeitou já em 1874 pela primeira vez, como fica dito, um lugar no alto magistério da Escola Politécnica e muitos empregos honrosos e lucrativos por não querer distrair-se do trabalho de evangelização e do cuidado do seu rebanho.

Apesar de todo respeito e veneração que lhe tributam no Brasil, principalmente no Estado do Maranhão, onde nasceu, ao qual tanto engrandece e honra e onde fez tão notáveis esforços pelo bem geral e do povo em particular, e na Capital Federal onde reside e foi educado; sem medo de errar podemos afirmar que o seus contemporâneos não o conhecem devidamente e nem formam uma ideia exata de sua grandeza, de seu valor intrínseco, e do seu papel presente e futuro em relação à humanidade.

Aqui nem podemos escrever a história de sua Igreja, a *Igreja Evangélica Brasileira*, que não é mera *igreja evangélica* no Brasil sob esta ou aquela outra denominação ou dependência interna ou externa; e nem sequer nos é permitido fazer por extenso a sua biografia.

Depois do seu passamento desta vida temporal, os seus escritos existentes já impressos e os inéditos melhor o farão conhecer. Muitos volumes serão escritos por seus discípulos, adeptos e admiradores; muitos comentários do seu ensino fecundíssimo encherão bibliotecas.

Quanto a nós, limitar-nos-emos a esta breve notícia, certos de que, por mais incompleto e lacônico que seja este trabalho, prestamos desde já um relevantíssimo serviço fazendo melhor conhecer no Brasil e em Portugal esse homem que só tem em si o amor de Deus e à humanidade, que vive só para Deus e para o seu próximo.

*** **

FASCÍCULO XVIII

Álbum
de
Portugueses e Brasileiros
Eminentes

---:OOO:---

DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA
Pastor da Igreja Evangélica Brasileira

FASCÍCULO XVIII



DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA

Pastor da Igreja Evangélica Brasileira

DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA

É A SEGUNDA VEZ, no presente ano, que este nome vem iluminar, com todos os resplendores de que está aureolado, as páginas do nosso *Album*.

Publicamos aqui, não vai longe ainda, o seu retrato e a sua biografia, precedida de uma apreciação, que era como que a homenagem da nossa admiração para com o notável doutor, cuja fama abrange dois mundos.

Fatos, que já então se esboçavam numa perspectiva muito distinta, vieram a acentuar-se de modo tão avultante, que seria deixar incompleta a nossa obra não os analisar em toda a sua significação elevada para este esclarecido pastor da Igreja Evangélica Brasileira.

É sob o ponto de vista e um ensinamento talhado de molde para as circunstâncias atuais, não desta ou daquela sociedade em especial, mas da humanidade inteira, que nos propomos a estudar a questão, que se envolve nesses fatos verdadeiramente excepcionais, seja qual for a face pela qual se quiserem considerar.

Não vamos discutir princípios religiosos, não vamos atacar crenças, não vamos assoprar a luz da fé ou para que se extinga, ou para que se ateie em chama devoradora.

Semelhante plano seria deslocado, em relação à índole desta publicação, e seria tardia em relação aos próprios fatos já consumados, e que assim perderam todo o efeito de ocasião.

Não trazemos, pois, para aqui qualquer tese, por isso que, por melhor que fosse sustentada, o nosso fim ficaria por preencher, e a questão

fundamental, que é de si mesma insolúvel, que se há de agitar indefinidamente, nada ganharia por se amontoarem, sobre o número infinito de volumes que tem à sua disposição, mais meia dúzia de páginas.

O nosso fim é glorificar a energia de um homem, e proclamar a austeridade de um caráter. O nosso fim é fixar a atenção da nossa época, inconsistente e volúvel, sobre uma prova eloquentíssima de quanto pode e de que é capaz a tenacidade e a firmeza de convicções de um entendimento certo e culto. O nosso fim é exemplificar, o que vale mais do que apostolar doutrinas abstratas e fazer a apologia de teorias, a cuja realização se esquivam e de cuja observância fogem, adiante de todos, os próprios que as apregoam.

O acontecimento que deu origem aos que nos instigaram à presente manifestação, é de uma simplicidade ao alcance de todas as compreensões.

O Dr. Miguel Vieira Ferreira, indo para exercer suas funções de jurado, no tribunal da capital federal do Brasil, apresentou uma petição ao juiz para que fosse retirado o crucifixo pendente da parede principal da sala de audiência.

Este procedimento fez sensação, como era de esperar, e dele nasceu uma série de incidentes estranhos, entre os quais se compreende o da instauração de um processo contra o autor da petição.

Toda a imprensa brasileira entrou no assunto, estigmatizando quase toda o requerimento do Dr. Ferreira, e louvando as deliberações e despachos do ministro da justiça e do juiz, que indeferiram a

petição, e mandaram que o crucifixo fosse mantido no lugar onde se achava.

O Dr. Ferreira, em toda esta demorada e por vezes veementíssima contenda, conservou-se sempre na brecha, com uma energia, uma coragem, que até nos verdes anos vão sendo já hoje raras.

A cada despacho respondia com requerimento novo; a cada articulado jurídico opunha contradita diferente; a cada artigo que se publicava nos jornais da república respondia com refutação apropriada.

Jurisconsulto, polemista, comentador das Escrituras, ostentou durante todo este pleito uma cópia de conhecimentos e uma superabundância de aptidões, que chegaram a confundir os seus próprios impugnadores.

Reproduziam-se os argumentos no foro e na imprensa; transcreviam uns o que outros diziam; só ele variava sempre, autorizando-se de cada vez com citações diferentes, e apresentando a cada reccontro novas armas de combate. Tão abundante de textos, tão fértil de razões, dir-se-ia que principia-va em cada dia, que era aliás a continuação de tão rija peleja.

A demonstração mais cabal de que o seu procedimento fora inspirado por convicções muito arraigadas, e se fundamentava num estudo muito aturado e muito profundo, encontra-se na prontidão com que rebatia as acusações que lhe eram feitas, e no vigor da argumentação com que fazia recair sobre os seus contendores os golpes que eles lhe apontavam.

O que se escreveu de parte a parte, enquanto durou este conflito, deu para um volume de 352 páginas, em composição compacta, que acaba de ser publicado pelo Dr. Ferreira, e no qual estudamos a questão sujeita.

Este livro não é daqueles, de tantos que na atualidade se produzem, cuja vida acaba com o interesse que despertam, e cujo interesse acaba com a leitura da última página, senão acaba antes dela. É para ficar, para ser consultado, para ser estudado a fundo, porque é o repositório de muita doutrina, é a afirmação de muitos princípios que hão de ser ainda a *luz do mundo*.

Há naquelas páginas muitas revelações dignas de meditação; estão ali como que traçados os destinos de escolas políticas, hoje já em ação, mas numa ação erradamente dirigida, e, para assim dizer, inconscientemente estragada.

O Dr. Ferreira, e importa que isto se advirta desde já, não é, nem podia ser, um inimigo do Cristo. Quer a adoração dele em espírito e verdade; abstrai de todas as representações exteriores, quando se trata da sua individualidade suprema; não admite que se lhes apliquem os processos da idolatria; exige que os olhos do corpo se fechem e os da alma se abram, quando se trata desta personificação sobre-humana; quer que no pensamento de cada um haja um santuário para este ser divino; enfim, protesta contra as imagens, por entender que não pode ter representação o que é intangível, incorpóreo, imaterial, incompreensível.

Assim, sustenta que a religião, segundo as suas noções, às quais procura todo o assentimento nos livros santos, é mais sublime, mais respeitadora, mais digna dos homens e de Deus, do que se tornara dependente de sensações físicas, como são as dos sentidos.

Não precisa de símbolos, de figuras, de imagens que o excitem, que o sensibilizem, que o movam, porque todo esse aparato exterior irrita-o e e desnorteia-o, a ponto de ter como indigna da divindade a adoração que se curva, e se abala, e se arrasta, impelida por esses excitantes.

Não se julgue, porém, que isto corresponde a uma intolerância feroz, não se imagine que este pastor da Igreja Evangélica quer impor o seu modo de sentir aos que pensarem diferentemente, que quer escravizar as consciências e acorrentar ao seu carro triunfal as tradições.

Justamente o contrário. É ultra liberal, e em o ser está a razão da sua cruzada contra todas e quaisquer imposições em matéria de religião e de direito público, e de franquias populares.

Tenham as religiões os seus templos, e nesses templos observe-se o culto e siga-se o ritual correspondente.

Aí não há pressões porque aí só entra quem quer. Se o que se pratica lá dentro confrange o visitante, não entrasse ou não volte. Mas, para manter esta liberdade, na elevação a que ele a faz subir, é preciso que o constrangimento não seja forçado, como o passa a ser desde que o culto sai do recinto próprio e que lhe está destinado, e vem antepor-se a todos indistintamente ou vem atravessar-se adiante daqueles que o não professam, porque o não admitem.

De sorte que, estabelecidos estes princípios estão garantidos todos os direitos, e todos os direitos podem ser exercidos liberrimamente. Quem quiser contemplar as imagens, venerá-las, festejá-las,

pedir-lhes os sentimentos bons, que a consciência parece não poder dar-lhe, vai aos templos onde essas imagens se encontram; quem não precisar destes incentivos, quem considerar estas representações como uma profanação, vai àqueles onde elas não existem

Já se deve ter melhor compreendido a razão determinativa do ato praticado pelo Dr. Ferreira.

Nos tribunais são chamados a desempenhar funções altíssimas tanto os que se prostram diante das imagens como aqueles que as não admitam; nos tribunais administra-se justiça, não se fazem práticas religiosas; nos tribunais não podem nem devem entrar sugestões ou ameaças de espécie alguma; logo, nos tribunais não deve figurar, não deve impor-se símbolo algum, que possa atuar sobre o ânimo de quem ali vai para cumprir deveres ou exercer ações judiciais, que possa coagir, impressionar ou irritar quem tem de proceder muito serenamente, muito livremente, muito conscienciosamente.

Se em vez do crucifixo que pende sobre a cabeça do juiz, estivesse ali um símbolo, uma insígnia, um sinal, um vestígio de qualquer outra religião, protestaria do mesmo modo, com os mesmos fundamentos e pelas mesmas razões.

A religião é para os templos, não é para os estabelecimentos onde a sociedade pleiteia os seus direitos, advoga os seus interesses, e assegura os seus destinos.

A palavra divina condena a materialidade da idolatria; a justiça dos homens não deve colocar na sua frente, para lhe servir de exemplo, de conselho

e de incentivo, o que está condenado pela palavra divina.

Eis aqui em resumo, por agora, a argumentação com que o Dr. Ferreira sustentou a sua petição, e a tenacidade com que se recusou a exercer efetivamente as suas funções de jurado, enquanto ela não fosse atendida.

Esta ordem de idéias relaciona-se muito intimamente com os princípios democráticos, que segue, e dos quais, não só então, mas em muitas conjunturas, fez profissão declarada.

A constituição republicana brasileira garante a liberdade de cultos. Para a república não há religião oficial. Cada um siga a que quiser. A nação admite todas e não segue legalmente nenhuma determinada. A nação, note-se, como corpo coletivo.

A organização política nada tem que ver com as instituições religiosas. Nos vastos domínios da sua liberdade cabem todas, mas também nas suas garantias libérrimas não se compreende alguma privativa para este ou para aquele culto. A república não cede o seu lugar às religiões, mas nem por isso vai embaraçá-las ou perturbá-las, quando entregues às suas práticas dentro dos recintos que lhe são consagrados.

Ora, entende o Dr. Ferreira, a república cede o seu lugar, atraiçoa os seus princípios, quebra a sua independência, infringe as suas leis, sacrifica o seu plano, arrisca o seu futuro quando admite que nos seus tribunais, nos seus estabelecimentos oficiais, entre a religião, seja qual for, sob que pretexto for, e em nome seja de quem for.

A liberdade de cultos deixou de existir, a liberdade de consciência cessa, a emancipação da nação perdeu-se; - restabelecem-se as fórmulas velhas, torna a tradição a tomar posse dos seus foros, parece enfim que o povo, que se levantou de repente para, de um salto se lançar sobre o futuro, está arrependido, volta para traz, porque vai agarrar-se, com mostras de saudade, às ruínas do seu passado, que deixou sem pesar, na hora suprema da sua reabilitação.

O governo não pode, portanto, autorizar o que a constituição proíbe, o governo não pode seguir princípios, precedentes, usanças que a onda democrática deitou por terra; nem tão pouco o poder judicial pode o que o governo não pode, porque os tribunais são instituições da nação, e as instituições nacionais, cujo conjunto constitui a organização do corpo político, tem de ser sempre conformes e subordinadas ao regime e ao sistema adotado como lei fundamental de cada nação.

A lei orgânica de um país não obriga só os indivíduos, as classes, as manifestações da atividade, o exercício das profissões, obriga também as instituições que presidem aos serviços públicos, que administram justiça, que distribuem o ensino, que respondem pela segurança individual e que velam pelos direitos de cada um.

O contrário seria o caos. Se cada manifestação oficial da nação, da sua soberania, da sua independência se dirigisse por sistema diferente, quanto aos princípios essenciais do código fundamental, poderia numa mesma nação haver todas as formas de governo, o que equivaleria a não haver alguma.

A liberdade de cultos está garantida na nova constituição brasileira; logo, há de ser mantida não só em relação aos indivíduos, mas também por todas as instâncias e por todos os tribunais.

Admitindo que um tribunal houvesse de julgar qualquer atentado contra uma pessoa, qualquer perseguição, qualquer violência, por motivo de religião, o que faria esse tribunal, provado o crime? Havia de castigar forçosamente o delinquente, visto que a constituição do país garante a cada um o direito de seguir e professar e observar a religião que quizer, dando-lhe para isso a mais completa e desafogada liberdade de ação.

E todavia o tribunal que assim procede, corretíssimamente aliás, mostra-se ao mesmo tempo infrator dos preceitos a que obedece a sua jurisprudência, desde que sendo pela liberdade de cultos, quando sentencia, é contra ela quando pratica, por isso que oferece à contemplação daqueles que se lhe apresentam símbolos e manifestações de uma determinada religião o que equivale a um exclusivismo irreconciliável com a liberdade de que se trata.

Mais claramente. Cada juiz pode ter em sua casa as imagens que lhe aprouver, pode seguir a religião que entender; sentado na sua cadeira, julgando no seu tribunal, exercendo as suas funções legais não pode ter imagens ou símbolos a quinhorem do seu lugar, não pode por modo algum revelar preferência por uma ou outra religião.

Pois se a lei orgânica do país não reconhece nenhuma religião em especial; se a lei orgânica do país investe na magistratura o juiz, impondo-lhe a obrigação de sustentar todos os direitos que a mesma lei proclama e assegura; como admitir a contradição que existiria, desde que essa lei coloca na presidência do tribunal com o juiz a representação de uma religião?

Eis aqui como o Dr. Ferreira põe face a face os princípios da constituição brasileira republicana com o fato de existir nos tribunais a imagem de Cristo; eis como ele sustenta que bastava a

invocação do código fundamental para que a sua petição fosse imediatamente atendida.

Para que seja conhecido na sua própria origem o documento inicial da questão, entendemos dever reproduzi-lo na íntegra:

Ei-lo:

“Ao cidadão presidente da 4ª seção ordinária do júri da capital federal. - O Dr. Miguel Vieira Ferreira, sorteado para funcionar nesta 4ª seção do júri, mui respeitosamente pede-vos o cumprimento da lei constitucional que separou a Igreja do Estado. Obedecendo à sua consciência, deseja ele que Nosso Senhor Jesus Cristo, presente a esta seção, só e único juiz do direito e dos fatos, seja conosco e com todos vos para o restrito cumprimento da justiça e do nosso dever comum; mas, por isso mesmo, não pode nem deve funcionar em ato público algum em que se instale um ídolo, como acontece neste salão e tribunal. Respeitando a crença de todos, não ataca ele crença alguma e nem perturba cultos ou quebra ídolos, quaisquer que sejam, onde estiverem instalados para adoração; mas tendo direito a que seja respeitada a sua crença e o dever cívico de manter a integridade da lei, requer que façais retirar o ídolo presente e instalado nesta sala, porque o civil está legalmente separado do religioso. E mesmo para os católicos romanos, entende estar o ídolo deslocado e de modo que para eles a sua presença aqui é uma profanação de seus deuses, que se devem achar colocados nos respectivos templos.

Assim, pois, em nome da lei fundamental brasileira, da justiça, do seu direito e do seu dever,

pede-vos a retirada do ídolo, sem a qual não funcionará; e espera deferimento.”

Quando o Dr. Ferreira publicou esta petição na *Gazeta d Notícias*, acompanhou-a das seguintes considerações, que mais esclarecem ainda a compreensão do seu pensamento, das suas intenções e intuitos:

“A Igreja está separada do Estado; o governo deve, pois ordenar que os símbolos religiosos sejam retirados de todos os estabelecimentos públicos sem exceção, se quiser cumprir a Constituição e evitar conflitos e vexames que se multiplicarão e reproduzirão com certeza. Nenhum acatólico funcionará em lugar em que haja ídolo; e é violência exigir funções em tais condições. Ponham os ídolos nos respectivos templos, é o direito do obscurantismo. Lá os adorem seus adeptos. Quem tem luz e vê claramente quanto mal a idolatria faz à humanidade, não precisa lá ir e não irá; mas é violência, ataque à consciência e à lei, o colocá-lo em repartições e estabelecimentos públicos, onde os cidadãos de todas as crenças tem forçosamente de funcionar. Por princípio religioso, nenhum acatólico funcionará perante ídolos. Deus o proíbe. Pela religião do dever nenhum magistrado deverá mais funcionar perante os ditos, embora não lhe queira dar esse nome, tendo-os por deuses e como particular os vá adorar nos seus templos.

Façam esse mal a si, e pelo seu exemplo e uso façam-no à humanidade; mas respeitem, cumpram e façam cumprir a lei, da qual devem ser guardas fiéis.

Dispensar do Júri o acatólico que quer funcionar, não é resolver o problema, é espoliá-lo do seu

direito e apartá-lo do cumprimento do dever.

Forçá-lo, como juiz de fato ou de direito (porque o juiz de direito também pode ser acatólico), a servir contra a sua consciência e em desrespeito à lei, à própria constituição da república, é horroroso!

Hoje ofende-a o juiz de fato, amanhã a ofenderá o juiz de direito. Os cidadãos têm direitos iguais. Os magistrados cumpram a lei.

Ao primeiro magistrado brasileiro, generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, presidente da República, me dirijo pedindo por este artigo (e pelo requerimento supra por mim apresentado ao juiz que ex-offício o remeterá) e esperando o cumprimento da constituição pela retirada geral de todo e qualquer ídolo ou símbolo religioso dos estabelecimentos públicos do governo sem exceção.

A idolatria em sua plenitude é a causa do lamentável estado não só do Brasil, mas da humanidade.

Desejo liberdade para todos e igualdade de direitos.

Peço o cumprimento da lei.”

Pela nossa parte ficaríamos mal com a nossa consciência se omitíssemos aqui as declarações do Dr. Ferreira, quanto ao seu ideal religioso.

A quem julgasse com elementos incompletos seria fácil supô-lo um adversário de Deus e um inimigo declarado do Cristo.

Daí a nossa tremenda responsabilidade, sendo causa ocasional de que o julgassem de modo ofensivo para as suas convicções, para as suas opiniões, para o seu sentir.

A questão principal ficaria também como que envolta em sombras, se ocultássemos ao exame, à crítica, ao julgamento dos que quiserem sentenciá-la, esta circunstância essencial: qual é o credo religioso do Dr. Ferreira?

É ele que responde, e só ele poderia responder com estas afirmações do seu livro - *Liberdade de Consciência* - que temos aberto em nossa frente:

“Com efeito, eu pugno pelo Cristo, por Jesus Cristo, o Homem Cristo Jesus, o Varão Perfeito, o Filho de Deus e da Virgem Maria, que apesar de verdadeiramente homem, é infinitamente mais do que mero homem, porquanto é também Deus, infinitamente mais do que mero filósofo ou simples sábio, porque é Homem-Deus, a própria sabedoria; e chamam-me *herege*, cobrem-me de insultos, e assim me o faz o próprio governo representado no desembargador Henrique Pereira de Lucena, ministro interino da justiça, apaixonado, cego e prepotente, tendo perdido as estribeiras e vindo declarar por um *Aviso* que um ídolo, que é feitura de mão de homem e pura matéria ponderável, *tem divindade*, e que no júri existe uma *imagem divina!* - Esse ministro e a imprensa pugnam a favor do ídolo, vão contra o concílio de Trento reunido pela Igreja Romana, a que pertencem, blasfemam contra Deus e contra essa Igreja que deviam respeitar, porque a chamam *Santa Madre Igreja*, e depois de tudo isso, denominam-se cristãos!... Quanto absurdo e contradição!... Quanta cegueira e inimizade contra a verdade!...

Eu espero a justiça de Nosso Senhor Jesus Cristo, porque ela há de vir. E o que podem fazer os homens contra mim e o seu ídolo, se Deus, se Jesus Cristo é por mim? E o que podem fazer ao seu próprio favor, se Deus amaldiçoa aquele que

fabrica ou dá culto e adoração a ídolos?! - “Se Deus é por vós quem será contra vós?” Se Deus é quem me justifica quem me condenará? Disse S. Paulo aos Romanos (8: 31,33).

Sei perfeitamente que me encontrarei no Céu com o Senhor Jesus a quem amo e adoro; e que lá nos reuniremos todos quantos fomos justificados e santificados por Ele; mas tenho também plena certeza que não encontrarei no Céu o cruceifixo que se acha instalado no Júri... Sei também pela própria revelação e palavra de Deus escrita, a Bíblia, que todos quantos morrerem na idolatria deixarão de ser conosco na região e reino da Luz. Eis o que nos ensina a palavra de Deus, que é firme, fiel e verdadeira...

Não conhecer Deus é uma ignorância, confundir-lo com uma figura feita por mão humana é dupla, funesta e tristíssima ignorância”.

Seria necessário reproduzir aqui todo o livro do Dr. Ferreira para que quem nos ler pudesse ficar sabedor dos textos e passagens bíblicas a que ele se socorre, a fim de demonstrar que o culto das imagens é contrário aos princípios, as prescrições, aos intuitos divinos.

Tornamos a dizer que, respeitando todas as crenças e todas as opiniões, mormente em religião, o que há de mais melindroso e de mais grave, não temos que entrar em apreciações acerca da doutrina sustentada pelo ilustre pastor da Igreja Evangélica Brasileira.

Nós não vimos aqui fazer causa comum com ele, nem causa comum com os seus impugnadores;

que nem uns nem outros lucrariam com isso, nem a própria questão, tão antiga, tão debatida, tão sabiamente sustentada sob as suas infinitas formas, se esclareceria mais, ou daria um passo que fosse no caminho da sua solução definitiva, que nunca chegará a ter.

O nosso propósito é outro muito diferente; tem a sua utilidade, tem o seu resultado prático, tem a sua aplicação social, a mais oportuna e a propósito-tada.

É por isso que, aproveitando o ensejo para celebrarmos o douto autor do Livro - *O Cristo no Júri* - antes prestamos um serviço à sociedade do que o prestamos a tão distinto propagandista e polemista.

As questões religiosas, na quadra atual, perderam bastante da sua antiga celebridade. Hoje há crentes, descrentes e indiferentes. Os campos estão perfeitamente limitados. Estes três grupos, por mais que lhes digam, mantêm-se impassíveis. Os crentes por tradição, por educação, por imitação ou por convencimento, não renegam a sua fé, embora lhe façam cerco grandes argumentos e largas demonstrações. Creem, e não querem saber porque. Não ouvem o que se lhes disser em sentido contrário. O seu sentimento é inabalável.

Os descrentes, esses, mais facilmente se confirmam na sua descrença, ou ouçam falar em favor ou em desfavor dela. Gostam que lhes digam que tem razão, e lhes provem com exemplos que a tem; afeioam-se ainda mais ao seu descrer, parece que por contradição ou desforço, quando lhe dizem que a não tem ou tentam demovê-los do seu cepticismo.

Os indiferentes, esses não se movem em um nem em outro sentido. São inacessíveis a todas as

razões, a todas as investidas, a todas as diligências com que procurem conquistá-los os dois grupos precedentes.

O Dr. Ferreira teve ocasião de reconhecer isto durante a sua célebre contenda.

Logo, para a questão religiosa, ou, diremos melhor, para a situação dos seus adeptos, dos seus contrários e dos seus estranhos, a causa que se pleiteou não teve influência alguma.

Se fosse possível fazer um arrolamento dos crentes, dos descrentes e dos indiferentes, depois do conflito, e compará-lo com o que existisse, antes dele, ver-se-ia que, em nenhum dos campos aumentara o número dos prosélitos.

Esta é a verdade.

Para a questão social, para os problemas do direito moderno, que tanto se agitam, para os destinos morais e políticos da humanidade, para esses, sim, que o fato teve e tem um alcance incomensurável.

E é justamente debaixo deste ponto de vista que o Dr. Ferreira assume ante nós, e assim será perante a História, as proporções de um verdadeiro herói.

E considerado assim, a sua obra, que é um início torna-a gigantesca.

Nos nossos dias, a iniciativa, apesar das suas inumeráveis manifestações, morre quase sempre à nascerça. Se tudo quanto se empreende chegasse a vingar, se todos os princípios reabilitadores chegassem a frutificar, a nossa época seria o que imagina ser.

Há uma falta absoluta, universal na geração contemporânea, sem embargo das suas ostentações

e dos seus alardes. Parece caminhar nas trevas guiada apenas pela fuzilaria fugitiva e intermitente de uns relâmpagos misteriosos.

Nesses momentos lúcidos, à luz dessas claridades fugazes, a nossa geração tenta rasgos assombrosos, adota resoluções maravilhosas; - extingue-se a chama, já não parece a mesma no que faz e no que tenta.

Não há firmeza de convicções, não há rijeza de caráter, não há a coragem que nasce de um amor entranhado aos princípios que se professa, as aspirações que se possui, aos intuitos adotados, como guias e alvos a que miram todas as ações.

E por isso, qualquer consideração, qualquer reejoio, qualquer incidente fazem voltar para traz os que na primeira investida se mostravam destemidos, fazem esmorecer os que na primeira manifestação pareciam invencíveis, os que, nas primeiras aclamações que soltavam tinham entusiasmos próprios de quem se sente predestinado para a glória.

Mesmo quem tem a consciência de que possui a verdade, de que o inspira a justiça, de que está por si o direito, titubeia, hesita, retrai-se, *para não se comprometer, para não se inquietar, para não se indispor, para não se arriscar.*

Eis porque tantas causas nobres, tantas tentativas auspiciosas, tantas revoluções salvadoras se esterilizam, se desmentem, se inutilizam, quando os seus efeitos, a sua ação, a sua influência deveriam principiar a manifestar-se e a fazer-se sentir.

Se não fora esta pusilanimidade, que chega a desacreditar os movimentos políticos mais nobres, e a envenenar as intenções individuais mais honradas, a humanidade poderia refazer-se no nosso tempo, atendendo às grandes conquistas científicas que a distinguem e assinalam.

O Dr. Ferreira pertence ao raríssimo número dos fortes, que não recuam, não empalidecem, não desistem perante ameaças, insultos, perseguições; daqueles que saem ao encontro dos agressores, que sabem medir-se com os contrários, que não tem medo de ficar sozinho no campo em que militam; que não estremeceriam quando ouvissem e vissem desabar e cair sobre eles o mundo inteiro.

Possuídos de um princípio, com o pensamento fixo em um ideal, impelidos por uma aspiração, vão sempre para diante com passo firme e vontade decidida, não se preocupando com o que possam encontrar no caminho, por mais temeroso que seja o que vierem a encontrar.

O Dr. Ferreira tem umas noções religiosas nítidas, sistemáticas, intransigentes; tem umas convicções políticas igualmente levantadas; tem uns intuitos sociais igualmente desinteressados e fixos.

Chegou uma ocasião em que lhe foi forçoso paten-tear de um modo ruidoso o seu convencimento inabalável; manifestou-o seguramente resolvido a não transi-gir, o que seria humilhante para ele e para a sua causa.

Sabia que teria contra si toda a gente, todas as influências, todas as tradições, todos os costumes; - foi para diante.

Sabia que seria classificado de *escândalo* o seu procedimento; - seguiu sempre.

Sabia que se aproveitaria o ensejo para exercer vinganças e praticar injustiças a seu respeito; - cam-inhou.

Sabia que no tribunal causaria estranha sur-presa a sua petição; - formulou-a.

Cidadão, devotado aos princípios que no Bra-sil estabeleceu a nova ordem de coisas, queria que esses princípios fossem religiosamente observados.

Sectário ardentíssimo da transformação operada, queria que ela se completasse com obras, sem as quais não passaria de ser uma utopia.

Crente sincero nas vantagens e no engrandecimento do Brasil, por virtude da última constituição, não lhe sofria o ânimo que essas vantagens deixassem de realizar-se pelo enfraquecimento daquelas a quem cumpria torná-las efetivas.

Desde que a liberdade de cultos constituía um dos artigos do código fundamental, desde que a liberdade de consciência constituía uma das velhas garantias asseguradas por esse código, não admitia que tais preceitos fossem letra morta, o que seria equivalente a não haverem sido promulgados.

Mas para investir com as tibiezas, que são comuns no nosso tempo, para arrostar com os preconceitos que as revoluções modernas não são capazes de extinguir, era preciso arcar muito e lutar com denodo.

Isso fez.

Para o Dr. Ferreira os paliativos são expedientes condenados; o seu empenho consiste nas curas radicais. As curas radicais não se operam aceitando parte do que existe e renovando a parte restante. É preciso fazer tudo de novo; estabelecer e seguir em tudo e por tudo processos que apaguem completamente o passado, e não deixem vestígio algum que o lembre. Daqui a sua teimosia em fazer vingar a revolução, não parcialmente, mas em toda a sua extensão.

Eis aqui definido o caráter do Dr. Ferreira, e explicada, sem equívocos ou dissimulações, a obra em que se afadigou durante a luta de que é história

fiel o seu livro, luta não restrita a este incidente, mas principiada de muito longe e que promete continuar até ao fim da sua vida.

Exemplo este digno de ser imitado na firmeza, na perseverança, na convicção.

Se se multiplicasse o número de trabalhadores assim, em todos os ramos em que se exerce a atividade intelectual das sociedades, de certo que os melhores ideais do nosso tempo estariam já traduzidos em fatos ou que os justificassem ou que provassem não passarem eles de outras tantas quimeras. Mesmo nesta última hipótese o serviço seria relevante.

Saudamos, pois, o Dr. Miguel Vieira Ferreira, como um dos apóstolos mais fervorosos do nosso tempo, um dos propugnadores mais acérrimos da ideia, uma das glórias do Brasil, e da Igreja Evangélica daquele florescente país.

Bem cabidas e bem merecidas saudações estas, que abraçam um passado glorioso, um presente entusiasta e um futuro auspicioso.

Porque não se trata de um homem que surgesse agora, e que, portanto, inspirasse muito embora animadoras esperanças, houvesse a recear qualquer evolução do seu espírito, determinada pela ação do tempo, que tudo modifica e transforma.

O Dr. Ferreira é um homem feito nas escolas mais seguras em que podem formar-se os homens fadados para exercerem sobre os destinos da sociedade uma influência duradoura.

Entre o seu passado, os seus precedentes e as

tradições que os seus maiores lhe legaram não há solução de continuidade.

Reproduz-se este vulto venerando a bizzarria e nobreza daquele veterano da independência, daquele militar heróico, que foi seu pai; daqueles caracteres extremados, em tudo fidalgos que foram seus avós.

O coronel Luiz Antonio Vieira da Silva, o coronel José Antonio Gomes de Souza, o tenente coronel Miguel Ignácio Ferreira, o tenente coronel de engenharia Fernando Luiz Ferreira, precederam na vida, como um cortejo luzido, o Dr. Vieira Ferreira.

Por seu turno, o Dr. Vieira Ferreira, mostra-se ao mundo como digno mantenedor das tradições que encontrou em volta do seu berço e dentro do seu lar.

Coisa notável! No mesmo ano em que nasceu este homem, célebre por tantos títulos, em 1837, fundava-se no Maranhão o Liceu onde ele fez os seus estudos de habilitação. Ainda hoje nesse Liceu o seu nome é celebrado; tantas foram as distinções que recebeu, tão fundos os vestígios que lá deixou.

Em todas as escolas que sucessivamente cursou, cresceu a fama com que da primeira saíra; e em todas as publicações de que principiou logo a ser autor, e cujo número é hoje tão elevado, confirmou sempre os créditos que desde os bancos das aulas profundamente o assinalaram.

Quantas investigações científicas, quantas revelações profundas se encontram nas suas obras, que os estudiosos consultam com avidez e os próprios mestres invocam com confiança!

Quantos problemas demonstrados lucidamente, quantas verdades proclamadas com desassombro, quantos princípios afirmados com aquela convicção de que só os espíritos cultos, e as consciências seguras são capazes!

A grande cópia de suas produções mais o autorizou agora nesta polêmica, de que temos dado notícia, e na qual se ventilam as doutrinas mais transcendentales, mais melindrosas e mais graves, que podem ser versadas pela inteligência do homem.

Para penetrar com tanta afoiteza no terreno escabroso em que tomou pé o Dr. Ferreira, para abrir e folhear tão rapidamente aqueles livros sagrados, ante os quais tem hesitado e estremelecido tantas capacidades reconhecidas, é preciso que se seja homem da estatura deste batalhador incansável, deste acadêmico insigne, deste crente nas grandes verdades de que estão constelados os horizontes do saber humano.

Tão denodado com a espada em punho como hábil manejando a pena, o Dr. Vieira Ferreira foi, na primeira quadra de sua vida, um militar brioso e digno como, dos que seguem esta gloriosa profissão, devem ser os que dela tiverem noção exata e compreensão nítida.

Engenheiro militar, comissionado em diferentes serviços árduos e honrosíssimos, desempenhando elevadas funções públicas, deixou em todas um nome preclaro, como o deixam sempre, no exercício das suas atribuições, os que aliam à capacidade natural o estudo aturado, e a ambos uma dedicação incansável.

Os seus estudos, plantas, traçados de pontes, cais, docas, diques, sendo tantos, foram sempre

todos apreciados por traduzirem elevadas ideias, e largas vistas.

Muitos foram realizados, com extraordinária utilidade pública, e outros, se ainda o não foram, é de crer que venham a ser aproveitados e seguidos; que não há trabalho deste engenho que não seja para ficar.

Outra fase importante e notável de sua vida é aquela em que se nos apresenta, pondo a sua atividade ao serviço da indústria.

É difícil fazer a enumeração completa dos serviços que prestou como industrial, é difícil medir a distância que separa a sua iniciativa da rotina, que encontrara estabelecida ao encetar esta nova carreira; é difícil completar a apreciação da transformação por ele operada com o seu exemplo, o seu conselho, e os seus atos neste ramo dos mais importantes dos muitos em que se exerce a atividade humana.

A sua estréia na indústria bastaria para lhe immortalizar o nome e para revelar a toda luz os seus intuitos civilizadores, os seus desígnios humanitários, e as suas aspirações generosas.

Essa estréia consistiu na fundação de uma escola, que denominou - *Educandos Industriais*.

O pensamento que presidiu à fundação deste instituto consistia em educar pelo trabalho.

Vejam se há ideia mais levantada, propósito mais digno, empresa mais benemérita!

O trabalho é a alavanca que move as sociedades, é a lei eterna a que obedecem todos os seus movimentos, é o lema que nenhuma revolução é

capaz de apagar do seu estandarte, por isso mesmo que não há outro meio, outro impulso capaz de a impelir do seu ponto de partida para os seus destinos, quaisquer que se entenda eles possam ou devam ser.

A Escola, assim educadora, do Dr. Vieira Ferreira, era destinada à mocidade desvalida. É esta que merece ou deve merecer aos verdadeiros filantropos a mais desvelada solicitude; por ser mocidade, a esperança do futuro, por ser pobre, o segredo das desigualdades humanas, que não é fácil explicar, mas a que importa encontrar solução honrosa.

Nobilitar o pobre e humilde pelo trabalho é, sem o recurso a resistências, que mais agravam as distinções naturais, aproximar as classes todas da sua igualdade racional, prática segura, e, portanto, cruzá-las, para assim dizer, associando-as todas numa família única.

Por aqui se pode ver como este obreiro incansável tem trabalhado para a realização das aspirações nobilíssimas de que justificadamente se honra a nossa época.

É impossível contar o número de associações, de institutos que ele ou fundou, ou aconselhou, ou dirigiu.

Nas letras, nas artes, nas indústrias, no comércio, o seu nome está vinculado a quase todas as melhores e mais prestantes instituições brasileiras da sua época. Ser-nos-ia impossível, outra vez o dizemos, fazer a enumeração de todas elas, porque ao próprio Dr. Vieira Ferreira isso não seria fácil; tantas elas tem sido, e tão prontamente

lhe esquecem, como a todas as almas generosas, os serviços que presta e os benefícios que faz.

De acordo com essas ideias, como consequência legítima desses princípios, foi sempre um propugrador estrênuo da libertação dos escravos, de todos os escravos, note-se bem, que nem só existe, infelizmente, a escravatura dos negros, que dá o nome à outras, ou que de outras o recebe.

Na imprensa e em todas as tribunas onde a sua voz teve eco, sustentou sempre com o ardor do seu entusiasmo pela causa do bem, a abolição deste vexame, que foi por muito tempo o desmentido das convicções e tradições honrosíssimas no Brasil.

Escreveu, apostolou, fundou associações, de propaganda e de ação, destinadas a combaterem pela *extinção dos cativos*, como ele dizia, e a realizarem praticamente, quanto isso era possível a influências isoladas e particulares, aquele ideal de todos os espíritos compassivos e humanitários.

É digno de estudar-se o plano deste insigne liberal, quanto ao modo de operar a transformação do estado servil para o estado livre no seu grandioso país; é digna de meditar-se a compreensão exatíssima que ele tinha da emancipação que sonhara para engrandecimento e desagravo da sua pátria, a qual é um dos filhos mais devotados e mais amantes.

O seu plano consistia em que a transformação se operasse de uma só vez e ao mesmo tempo em todo o país, sem quebra de interesses ou ofensa de direitos fosse para quem fosse.

Visto que os escravos eram considerados

propriedade, o Dr. Vieira Ferreira, por muita repugnância que tivesse para com esta classificação abominável, sem a questionar ou discutir, sem a contestar ou estigmatizar, como homem de princípios sãos, pacíficos, organizadores, queria que fossem indenizados todos os que se chamavam *senhores*. Por isso que se tratava, segundo a doutrina então corrente de *coisas* e não de *pessoas*, lembrava ou propunha ele que, com o produto de um empréstimo, contraído no país e fora, se desse como compensação aos *senhores* o dinheiro e que fossem computados os infelizes a quem chamavam propriedade sua.

A transformação realizou-se, é certo, no dia 13 de maio de 1888, para sempre memorável nos anais não só no Brasil mas de toda a humanidade; contudo a transição não foi suave, fácil, como o teria sido se se houvesse seguido parecer deste pensador, que é ao mesmo tempo um bom positivista e prático, em assuntos em que só estas coisas se pode ser.

Feita a abolição por um golpe de Estado, como o foi em 1888, compreende-se que ele, intransigente em assuntos em que entende não poder haver transações, não aplaudisse o fato, que não correspondia ao seu rasgado pensamento.

O homem de 1857, então militar, de 1861, então escritor de ciências naturais, de 1867, então industrial, de 1873, então fundador da *Escola do Povo*, de 1888, o apóstolo da abolição da escravatura, é o mesmo, precisamente o mesmo que, em 1892, se nos apresenta sustentando a integridade dos princípios democráticos, que a nova constituição brasileira prometia e assegurava.

A mesma rijeza de têmpera, a mesma inflexibilidade de carácter, a mesma firmeza de princípios, sem que o perpassar dos anos pudesse enfraquecê-la ou entibiá-la.

E também a mesma lucidez de espírito, a mesma certeza de opiniões, a mesma energia na discussão sustentada heroicamente, não como um antagonista, mas com a imprensa inteira, e com o poder judicial, e com as tradições, e com os hábitos, e com um sistema abolido, mas ainda disposto a reagir e a restaurar-se.

É raro ser-se assim igual por toda a vida, mormente quando a vida é tão cortada de incidentes e peripécias, de oposições e dificuldades, e quando, além disso, a luta no seu auge, coincide com uma época de agitação e de transformação.

É que para este homem as revoluções não se completam enquanto não traduzem em fatos todos os pontos do seu programa, enquanto não cumprem todas as promessas da sua proclamação, enquanto não justificam todos os sacrifícios, todos os perigos e as vezes todos os desastres pessoais por cima dos quais tem de passar para subirem até ao capitólio e daí soltarem seu - viva! - triunfal.

O Dr. Vieira Ferreira, sincera e profundamente convencido de que a transformação brasileira ainda não é completa nem o será, até que sejam verdades práticas as verdades do código que promulgou, conserva-se na brecha, denodado, intrépido, invencível enquanto não vir em ação todos os princípios democráticos, pelos quais tem pugnado invariavelmente, aos quais se tem sacrificado sempre, e pelos quais seria capaz de exalar o último suspiro, se o não alentasse a convicção de que a sua vida é uma garantia, porque é um protesto, é um estímulo, porque é uma esperança.

*** **

